

# Junta de Freguesia

# SANTA CLARA



## Ata número 22

10<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia - Continuação

(realizada no dia 22 de junho de 2020)





\$  
M  
Rho

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA

CONTINUAÇÃO DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA

REALIZADA NO DIA 22 DE JUNHO DE 2020

**ATA NÚMERO VINTE E DOIS**

No dia 22 de Junho de 2020, reuniu nas instalações da Junta de Freguesia, sito no Campo das Amoreiras, a Assembleia de Freguesia de Santa Clara, sob a presidência do seu presidente, Amândio António Almeida da Silva, coadjuvado por Sara Margarida Ferreira Madeira, Primeira Secretária e Mauro Fernandes da Meta Fone Wah, Segundo Secretário.

Assinaram a lista de presenças, para além dos mencionados, os seguintes membros da assembleia: Maria de Fátima da Cruz Alves Ferreira, Maria Adelaide Ferreira Polónio, Bernardo Gonçalo da Cruz Passinhas, Jácome Graçoeiro Dantas, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Fernando Manuel de Jesus Bastos, Paulo César Lopes Ribeiro, Ricardo Luís Correia Martins de Barros Duarte, Rui Castello-Branco Ribeiro. Às 20h30, constatada a existência de *quorum*, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.

Constava da convocatória a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

B) Ordem do Dia:

6. Apresentação, discussão e votação da 2ª Alteração Modificativa ao PPI de 2020 (Revisão PPI);
7. Apresentação e aprovação de Adenda o Contrato de Delegação de Competências (Contrato n.º 20/UCT/DRJF/2019) celebrado entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Santa Clara;
8. Ratificação do Aditamento do Contrato de Delegação de Competências no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares.
9. Aprovação da adoção, pela Junta de Freguesia de Santa Clara, do Regulamento de gestão de resíduos, limpeza e higiene urbana de Lisboa, publicado sob o aviso n.º 20811-B/2019, no Diário da República na 2ª Série, de 31 de Dezembro, e ainda da Tabela de Preços e outras Receitas Municipais e da Tabela de Taxas Municipais 2020;
10. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia;
11. Informação da situação financeira da Junta de Freguesia;
12. Apresentação e votação da Ata em Minuta referente às deliberações tomadas.

**Presidente da Assembleia** Iniciou a sessão. Informou que hoje foi declarado pelo Governo Português o alargamento do estado de calamidade, o que comprovava que realmente tinham que tomar todas as medidas de segurança e proteção, o que veio dar realmente dar razão ao Executivo da Junta de Freguesia e à Sra. Presidente da Assembleia, a Prof. Elza Fonseca acerca destas medidas de precaução, era nesse contexto que realmente tinham que se situar, porque o vírus andava por aí, o tempo veio dar razão, é preciso ter prudência. Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

**Ricardo Duarte** Em primeiro lugar, ficaria bem ao Sr. Presidente da Assembleia em exercício, após do que se passou na última assembleia, perguntar aos membros da Assembleia de Freguesia se entendiam esperar mais um pouco pelos membros que não estão presentes; em segundo, não ficava bem ao Sr. Presidente da Assembleia aproveitar a abertura de uma assembleia de freguesia para fazer comentários, que ainda por cima não eram verdadeiros, porque tudo o que foi proposto não punha nada em causa as condições de segurança de proteção relativas ao coronavírus, porque pela informática só passam vírus informáticos, não passa o Covid-19 e portanto, em videoconferência, como mais uma vez se provava que era possível estar presente, não punha nada em causa as condições de segurança para evitar a transmissão do vírus.

**Presidente da Assembleia** Na ordem de trabalhos os pontos 6 e 7 vêm separados, mas nos documentos apresentados pelo Executivo estão juntos, assim como os pontos 10 e 11. Passou ao

56 ponto n.º 7 da Ordem do Dia, unificado com o ponto n.º 6, Apresentação, discussão e votação da  
57 2ª Alteração Modificativa ao PPI de 2020 (Revisão PPI) e Apresentação e aprovação de Adenda  
58 ao Contrato de Delegação de Competências (Contrato n.º 20/UCT/DRJF/2019) celebrado entre o  
59 Município de Lisboa e a Freguesia de Santa Clara. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

60 **Presidente da Junta** Em relação ponto n.º. 7, que era uma adenda ao contrato de delegação de  
61 competências da Junta de Freguesia de Santa Clara, chegou a esclarecer uma dúvida que foi  
62 colocada pelo Sr. Paulo Ribeiro sobre se essa questão já não tinha sido tratada noutras sessões  
63 anteriores, foram aprovados os valores transferidos pela CML ainda no ano de 2019 e reportados  
64 ao final do mandato em presença, simplesmente o que acontece atualmente era uma adenda a esse  
65 contrato, assumido e ratificado por esta Assembleia, ou seja, a Assembleia aceitou que se fizesse  
66 com a CML um contrato de delegação de competências, cujo valor total é de 1 milhão e 900 mil  
67 euros, e essa questão não sofreu qualquer alteração, existiam algumas alterações que vinham aí  
68 descritas, mas a alteração fundamental era que esse valor que foi atribuído em Abril de 2019 e  
69 que, supostamente ia até ao fim do mandato em curso, que era no ano de 2021, fosse alargado até  
70 desde o início do mandato, ou seja desde o final do ano de 2017, porque nos anos 2017 e 2018  
71 não foram feitos quaisquer protocolos de delegação de competências, e vários presidentes da Junta  
72 fizeram observações nesse sentido, e como a CML aceitou essas observações, e significa que esse  
73 valor que não estava alterado pode ser justificado com despesas elegíveis desde o início do  
74 mandato até ao fim do mandato, a grande alteração consistia aí, porque tudo o resto é mais ou  
75 menos aquilo que já vinha no protocolo aprovado por esta assembleia em 2019, obviamente  
76 competia ao Executivo da Junta de Freguesia promover a utilização dessa verba no tempo que  
77 ainda tem, que seria este ano e o próximo, e apresentar as despesas em conformidade, para a Junta  
78 não seria tão fácil, porque a maneira como funcionavam, tendo uma oficina que desempenha  
79 vários trabalhos, que assentava muito em despesas de mão-de-obra, e por isso a Junta não gastava  
80 tanto dinheiro nas obras quanto gastavam outras instituições que encomendavam o trabalho a  
81 empresas do exterior, a própria Junta, quando faziam uma encomenda de uma obra fora ou se a  
82 fizerem por meios próprios, sabiam que haveria uma diferença muito grande de preço embora não  
83 pudessem fazer tudo na Junta, o que significava que com essa verba, a Junta podia fazer muito  
84 mais coisas por causa de utilizarem os próprios meios da Junta, mas depois tinham mais  
85 dificuldades em justificar as despesas perante a CML, na essência conseguiam rentabilizar a  
86 verba, conseguiam dar mais respostas à população com menos dinheiro, esse era o verdadeiro  
87 significado da situação, portanto o que estava em causa nesse momento não era o aprovar da  
88 atribuição dessa verba, que já foi feita, estava sim o retroagir de apresentação de despesas  
89 inerentes a intervenções no espaço público desde o final de 2017, ou seja desde o início do  
90 mandato.

91 **Presidente da Assembleia** Informou que o membro do CDS-PP, o Sr. Rui Castello-Branco,  
92 tomou lugar na Assembleia de Freguesia. Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

93 **Ricardo Duarte** Relativamente a essa adenda não tinham muito a considerar, e tal como disseram  
94 na altura, quando esses protocolos surgiram, era uma forma que a CML encontrou, de certa forma,  
95 de transferir dinheiro para as freguesias ao perceber que nas delegações de competências de  
96 algumas não eram devidamente acompanhadas de todos os valores, de qualquer das formas ainda  
97 bem que não havia mal em não utilizar a totalidade do valor e alguém saber que havia uma  
98 rentabilização dos mesmos, dos meios que eram postos à disposição, esperava que isso não  
99 causasse qualquer tipo de tentação de fazer obra desnecessária para ir buscar todo o valor, pois  
100 esse não seria o espírito correto, de resto em relação à adenda em si ainda mais, tendo em  
101 consideração o período que se vivia, não tinham nada a opor à adenda.

102 **Presidente da Assembleia** Submeteu à votação a documentação do ponto n.º 7 da Ordem do Dia,  
103 o qual foi aprovada por maioria, com 7 votos a favor: 5 do PS e 2 do PSD e 2 abstenções: 1 do  
104 BE e 1 do CDS-PP. Passou ao ponto n.º 8 da Ordem do Dia - Ratificação do Aditamento do  
105 Contrato de Delegação de Competências no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa –  
106 Agregados Familiares. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

107 **Presidente da Junta** O ponto n.º 8 era um aditamento que se referia ao Fundo de Emergência  
108 Social, destinado a agregados familiares com necessidades identificadas, e seguindo determinados  
109 parâmetros exigíveis, que nas situações anteriores era no valor de dez mil euros, e tendo em conta

\$  
K  
H.L.

110 a situação que se vivia atualmente, a CML promoveu um aumento desse valor para mais 127 mil  
111 euros, o que dava um total de 137 mil euros.

112 **Presidente da Assembleia** Informou que o membro dos CSC, o Sr. Paulo Ribeiro, tomou lugar  
113 na Assembleia de Freguesia. Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

114 **Ricardo Duarte** Em relação ao aditamento, o documento explicava-se a si próprio, de facto a  
115 situação em que se vivia necessitava de uma intervenção muito mais robusta junto das famílias  
116 na cidade, e como tal parecia-lhes lógico e esperavam que suficiente e só queriam perceber  
117 exatamente como o Executivo pretendia dar uso e pensava que já estivesse a dar uso, uma vez  
118 que se inscrevia no documento que ratificaram, e por isso já estaria à disposição da Junta de  
119 Freguesia, gostaria de saber exatamente qual era a forma de como esse valor estaria a ser utilizado,  
120 se era termos de cabazes alimentares, se era em termos de apoio direto as famílias, achava que  
121 era importante, para conhecimento de todos, que a Sra. Presidente da Junta ou o Executivo da  
122 Junta lhes explicassem um pouco qual era a forma e os critérios que estão a usar para utilização  
123 desse valor, não deixava de ser substancial e não deixava de ser um esforço que a CML fez nesse  
124 aspeto, em relação ao próprio aditamento, obviamente não teriam nada a opor.

125 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

126 **Paulo Ribeiro** Em relação à ratificação do aditamento, como no documento dizia que era só o  
127 aditamento e não dizia o valor, pretendia saber qual era o valor.

128 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

129 **Presidente da Junta** Em resposta ao Sr. Paulo Ribeiro, anteriormente esse valor era um valor  
130 anual de 10 mil euros, e dessa vez passou para mais 127 mil euros, ficando 137 mil euros no total.  
131 Em relação às questões colocadas pelo Sr. Ricardo Duarte sobre o critério de atribuição, todas  
132 essas questões eram novas, e o critério fundamental da Junta de Freguesia foi a identificação de  
133 necessidades, e elas poderiam ser de ordem variada, entenderam que no contexto atual uma das  
134 necessidades mais prementes foi resultante das pessoas que ficaram repentinamente sem trabalho,  
135 porque foram aquelas que se viram confrontados com várias dificuldades, chegando ao ponto de  
136 nem sequer saberem a quem recorrer, e por isso mesmo não queria dizer que todo o valor seja  
137 atribuído a situações dessa natureza, mas quer dizer que para a Junta eram situações perfeitamente  
138 pertinentes a par de muitas outras que infelizmente havia, e depois a forma de atribuição podia  
139 ser diversificada, as pessoas podiam ter necessidades diversas, como por exemplo uma pessoa  
140 podia ter necessidade de medicamentos e ser para ela uma prioridade, outra podia ser o pagamento  
141 de uma conta de bens essenciais, o que importava era a palavra necessidade e ela existir de facto.

142 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

143 **Ricardo Duarte** Confessava que esperava algo um pouco mais concreto, sobre a resposta que o  
144 Executivo deu à questão, e presumindo que de facto já estava em implementação e certamente  
145 que estará, era muito vago dizer que se focaram essencialmente nas pessoas que perderam o  
146 trabalho, parecia-lhes um critério interessante, fazia algum sentido, de facto eram aquelas para  
147 quem a carência era uma novidade, infelizmente para muitas outras a carência já se mantinha,  
148 mas eventualmente também por isso já tinham outros apoios que estavam em curso, dizer que  
149 satisfaziam as necessidades que surjam era muito vago e isso prendia-se também com muitas  
150 outras coisas, e talvez com um pouco mais de calma, conseguia explicar isso ao Executivo, o  
151 papel dos membros da Assembleia de Freguesia era extremamente dificultado pela constante  
152 ausência de explicações concretas do que o Executivo fazia, havia uma total opacidade, as  
153 respostas centram-se sempre em dizer que faziam diversas coisas e nunca nada era concretizado,  
154 pedia que o Executivo tivesse um pouco mais de respeito por esta Assembleia e que trouxesse  
155 aqui dados mais concretos que lhes permitissem, inclusive ajudar dentro das suas possibilidades  
156 o Executivo em aconselhar sobre o que se devia fazer, o Executivo vedava-lhes completamente  
157 essa participação, a Assembleia nunca sabia o que é que o Executivo estava a fazer e isso era de  
158 facto preocupante, juntamente com outras opacidades como a necessidade de não ter público  
159 presente e frisava que por via informática não se passam vírus.

160 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

161 **Presidente da Junta** Falou que a palavra chave era necessidade e deu exemplos de  
162 medicamentos, de rendas, luz, água, que eram considerados bens essenciais, antes de passar a  
163 palavra a quem pode dar respostas muito mais concretas, porque tinham uma pessoa que estava  
164 vocacionada para essa função, queria dizer não se tratava de qualquer menor respeito para com a

165 Assembleia, tratava-se de que deram uma explicação que à partida poderia ser suficiente, tratava-se  
166 se que a própria Junta também se estava a organizar perante questões que lhes foram colocadas  
167 recentemente, que estavam a acompanhar aquilo que ia acontecendo, portanto não tinham que ter  
168 já uma ideia acabada quando ela estava num processo dinâmico, não se tratava de menor respeito,  
169 tratava-se sim de a Junta de Freguesia se ir adequando à situação, e antes também não sabiam  
170 onde estavam as necessidades, porque nem sequer sabiam quem tinha perdido o emprego, quem  
171 ainda ia perder, mesmo que se estejam a centrar unicamente nessa questão do emprego, porque  
172 não sabiam quando isso aconteceu, o que apanhou a todos de surpresa em 12 de Março, não  
173 sabiam nessa altura, não sabiam uma semana depois, um mês depois já tinham mais informação  
174 mas estavam longe da realidade e hoje ainda não estavam mesmo conhecedores da realidade, iam  
175 tendo cada vez mais dados, mas não sabiam o que vinha aí, nem sabia a própria, nem saberia  
176 certamente o Sr. Ricardo Duarte, nem saberia ninguém nesta sala, nem saberia o Governo, esse  
177 era um processo que se ia construindo, era só nesse sentido que queria dizer, todavia o Sr. Ricardo  
178 Duarte queria informações mais precisas do que estavam a fazer, e por isso pedia à pessoa  
179 responsável na Junta de Freguesia para lhe dar informações mais concretas, que era a Dra. Maria  
180 Louro, a quem pedia o favor de esclarecer a Assembleia.

181 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Dra. Maria Louro.

182 **Maria Louro** Em relação à questão colocada do Fundo de Emergência Social, de facto essa  
183 alteração ao aditamento foi em relação ao valor que a Sra. Presidente da Junta referenciou, e  
184 também por valor para cada agregado, ou seja, devido à questão da pandemia, era atribuída a cada  
185 agregado familiar um valor que ia até mil euros, nesse momento passou para três mil euros e no  
186 próprio Fundo de Emergência Social, havia uma ficha em que a pessoa apresenta e havia lá um  
187 conjunto de requisitos, e a partir dessa ficha via é ou não elegível para se poder dar o Fundo de  
188 Emergência Social, neste momento foram feitos 25 pedidos, 16 dos quais foram aprovados,  
189 faltavam 6 e desses 6 estavam à espera dos comprovativos necessários para poderem fazer a  
190 transferência desse dinheiro, se lhe perguntarem como é que chegava à da Junta essa necessidade  
191 para o Fundo de Emergência Social, recebiam através dos parceiros sociais da própria Freguesia,  
192 porque quando a Junta recebeu esse aditamento, tiveram o cuidado de enviar essa informação a  
193 todos os parceiros sociais, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia, os centros paroquiais, as  
194 próprias associações, para que se houvesse algum tipo de situação que tivessem conhecimento,  
195 deveriam entrar em contacto com a Junta que depois entrariam em contacto com as pessoas,  
196 também já aconteceu várias pessoas entrar em contacto com o serviço de Ação Social da Junta de  
197 Freguesia e tinham desencadeado todos os procedimentos e até nesse momento tiveram 25  
198 pedidos, 16 já aprovados, os 6 que faltavam tinham a ver com uma questão em que estavam a  
199 aguardar os comprovativos, o que tinham pedido à Junta era mais ao nível de renda, apoio  
200 financeiro, alimentação, pagamento de contas de água, luz, etc.

201 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

202 **Paulo Ribeiro** Como não estavam numa ocasião normal, a Junta disse que as instituições foram  
203 informadas, mas perguntava porque é que essa informação não chegou à Assembleia de Freguesia,  
204 parecia que a Assembleia não podia saber nada, que só podia estar aí para aprovar coisas, eram  
205 estas situações que tinham constantemente debatido com a Assembleia e pegando aqui nas  
206 palavras do Sr. Ricardo Duarte, estavam aí para ajudar, não estavam para complicar, porque se  
207 isto não era uma situação normal, o Sr. Ricardo Duarte propôs uma Assembleia Extraordinária  
208 para debater apenas o Covid-19, achava que não podiam ser chamadas apenas de 3 a 3 meses  
209 numa assembleia normal, e era nisso que a Sra. Presidente da Junta se podia valer mais com a  
210 Assembleia de Freguesia, sabia que a Sra. Presidente da Junta não se valia, porque tinha a maioria,  
211 porque se precisasse da Oposição tinha que vir, e então queriam saber porque é que não foram  
212 informados acerca desse assunto, podiam ajudar a pedir contactos, ou seja, as pessoas sozinhas  
213 não conseguem nada, e era isso que constantemente se batiam, porque para a Sra. Presidente da  
214 Junta, a Assembleia de Freguesia era figura decorativa e que não eram chamados para nada, e  
215 constantemente chamavam a atenção sobre isso e isso não ia mudar, porque a Sra. Presidente da  
216 Junta não ia mudar. Em relação ao Covid-19, verificaram que a Junta de Freguesia recebeu muito  
217 dinheiro para essa parte, tiveram conhecimento que haviam funcionários da Junta que estiveram  
218 infetados com Covid-19, queriam saber quais foram as medidas tomadas, souberam que havia  
219 dois funcionários numa escola, não houve medidas na escola, houve um funcionário da Higiene

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

220 Urbana, não fecharam o posto de limpeza, não tinha que fechar mas devia estar em quarentena,  
221 havia um funcionário da Piscina que estava na distribuição da comida, ou seja, supostamente  
222 andou a distribuir comida com o vírus do Covid-19, funcionários que estavam no atendimento ao  
223 público e entregar comida sem máscaras e sem luvas, não estava a dizer que sim, estava a  
224 perguntar sobre a informação que lhes chegou ao conhecimento, como a Sra. Presidente da Junta  
225 gostava de fazer comparações a Junta de Freguesia do Lumiar para o que estava mal, fazia  
226 comparações com o que estava bem, informou que a Junta de Freguesia do Lumiar comprou 30  
227 mil máscaras para dar à população, não sabia porque é que a Junta de Freguesia de Santa Clara,  
228 com um milhão de euros, não comprou máscaras para oferecer às pessoas, porque assim em vez  
229 de ter um milhão de euros, teria por exemplo 980 mil euros e gastava 20 mil euros em máscaras,  
230 só que isso não interessava, o que interessava era gastar dinheiro em obras, nas mesmas obras  
231 todos os dias, e a população, que era o que interessava, porque o Covid-19 andava nas pessoas,  
232 não andava nas obras, não teve 20 mil euros ou 30 mil euros para comprar máscaras para as  
233 pessoas, e era esta junta de freguesia, ou seja, duas juntas do PS, e eram essas as diferenças, mas  
234 depois só iam buscar o mau e não iam buscar o bem, e iam andar sempre nisso, mas ficava gravado  
235 que a Junta de Freguesia existia para as pessoas, era para servir as pessoas, não era para se  
236 servirem, e enquanto esse pensamento não for alterado, não valia a pena todos os dias a estar  
237 insistir na mesma coisa, esse dinheiro todo que estava no banco devia ser aplicado em coisas boas  
238 para a Freguesia e para as pessoas, quando a Sra. Presidente da Junta ia pedir votos, também ia  
239 ter com as pessoas, também podia ir ter com as pessoas para lhes dar uma máscara e não era por  
240 aí que a Junta de Freguesia ficava mais pobre.

241 **Presidente da Assembleia** Informou que os dois membros do PCP, o Sr. Bruno Rolo e o Sr.  
242 Fernando Bastos chegaram à Assembleia de Freguesia. Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

243 **Bruno Rolo** Informou a Assembleia que o seu atraso se devia a uma circunstância profissional e  
244 por isso pediu desculpa, e por esse motivo na assembleia passada, após o final dos trabalhos, era  
245 para pedir à Mesa para marcarem a sessão para um horário mais tardio, porque havia poucos  
246 pontos para discutir, mas não se lembrou, ficou para a mesma hora e por isso tornou-se impossível  
247 chegar a tempo. Presumia que já tinham discutido o ponto n.º 7 da Ordem do dia, por isso pediu  
248 à Mesa da Assembleia de Freguesia se lhe pudessem dizer como ficou a votação.

249 **Presidente da Assembleia** Informou que o ponto n.º 7 foi aprovado por maioria, com 7 votos a  
250 favor: 5 do PS e 2 do PSD; e 2 abstenções: 1 do BE e 1 do CDS-PP. Deu a palavra ao Sr. Bruno  
251 Rolo.

252 **Bruno Rolo** Em relação ao ponto n.º 8, que era o que estava em discussão, não tinham muito a  
253 dizer, só tinham aí algumas dúvidas relativamente ao conteúdo da adenda mas que foram  
254 esclarecidas aquando da discussão da alteração orçamental na última sessão, e portanto só para  
255 dar nota de que tinham dúvida se o valor tivesse sido alterado, mas entretanto já perceberam que  
256 não, que o valor de 1 milhão e 900 mil euros, continuava o mesmo do protocolo inicial, o que  
257 mudaram foram alguns considerandos e algumas cláusulas, e por isso a posição do PCP em  
258 relação a esta matéria, tal como em relação ao ponto anterior que não puderam votar era de que  
259 não tendo nada contra, antes pelo contrário, a CML fazer reforços financeiros às freguesias, do  
260 entender do PCP, tanto um como o outro dos aditamentos contratuais que estavam em discussão  
261 nos pontos 7 e 8, ao contrário do que a Sra. Presidente da Junta tinha dito, e acreditava que seja  
262 verdade, não tinham nenhum meio de saber quais os critérios de aplicação, se os critérios eram  
263 muito estreitos, tal como a Sra. Presidente da Junta tinha dito, ou se os critérios eram de quem  
264 batesse à porta, recebia mais, não faziam ideia, até podiam acreditar que os critérios de atribuição  
265 do Fundo de Emergência Social, que era dirigida à população e não a questões de intervenção no  
266 espaço público, a Sra. Presidente da Junta, se pudesse esclarecer quais eram os critérios que tinha  
267 dito na última sessão serem tão rigorosos e que estavam a ser acompanhados devidamente pelas  
268 funcionárias e funcionários do pelouro do Apoio Social, mas o PCP, pelo contrato e pela alteração  
269 que estava aqui em discussão não conseguiam perceber se isso ficou ao livre arbítrio ou se havia  
270 critérios objetivos, e não querendo inviabilizar a transferência de financiamento, certamente não  
271 iriam votar favoravelmente mas iriam viabilizar a sua aprovação com a abstenção e era essa a  
272 posição do PCP para os dois pontos, apesar de que o ponto n.º 7 já não estava em discussão, mas  
273 que ficasse registrado em ata. Queria aproveitar para fazer um ponto de ordem à Mesa apenas  
274 para fazer uma intervenção em relação à sessão anterior, queria que ficasse em ata um pedido

275 expresso à Mesa pelo grupo do PCP de, no mais rápido tempo possível, lhes fizessem chegar uma  
276 cópia do áudio da última sessão, não editada, integral, por envio eletrónico ou em suporte digital.  
277 **Presidente da Assembleia** Ficava registado o pedido, ficando os serviços da Junta incumbidos,  
278 com a autorização do Executivo de providenciar a solicitação do PCP. Deu a palavra à Sra.  
279 Presidente da Junta.

280 **Presidente da Junta** A questão abordada no ponto 7 já tinha sido votada, mas não era da mesma  
281 natureza que do ponto 8, porque enquanto que no ponto 8 havia um acréscimo de verba atribuído,  
282 no ponto 7 não havia nenhum acréscimo de verba, apenas um aumento da temporalidade  
283 admissível para a apresentação de despesas elegíveis, nesse caso, que era o ponto 8, de que  
284 estavam a falar, havia efetivamente um aumento de verba de 127 mil euros, quanto aos critérios  
285 de atribuição, obviamente que os havia, em que foram perguntados anteriormente e foram  
286 respondidos de forma mais genérica por si e de forma mais precisa pela pessoa que tratava  
287 precisamente dessas questões, que tinha esse assunto em curso, e achava que não devia repeti-lo  
288 porque não fazia sentido, queria dizer que estavam a funcionar em função de critérios e que as  
289 verbas atribuídas não eram atribuídas de qualquer forma e feitio, mas sim com base em  
290 necessidades perfeitamente justificadas, registadas e analisadas, por isso tudo estava a ser feito,  
291 explicar de novo os critérios não seria oportuno, mas no fim da sessão, certamente a Dra. Maria  
292 Louro terá toda a boa vontade para lhe explicar isso particularmente, depois também poderia ver  
293 no registo da sessão.

294 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

295 **Ricardo Duarte** Agradecia ao Executivo a oportunidade de ouvir uma explicação concreta,  
296 concisa, que não custava nada, a Sra. Presidente da Junta não precisava de saber tudo, era por isso  
297 que estavam cá os técnicos, e como já se provou na última sessão, ficavam todos a ganhar em  
298 ouvir quem estava de facto com a “mão na massa”, daquilo que foi dito ficavam algumas questões  
299 que o preocupava, como uma declaração da Sra. Presidente da Junta, que não sabiam onde  
300 estavam as necessidades, percebia que havia necessidades novas, mas dizer que não sabiam onde  
301 estavam as necessidades, infelizmente necessidades pré-Covid era coisa que não faltava na  
302 Freguesia, em relação ao método que estavam a utilizar, por aquilo que percebeu, era basicamente  
303 comunicar a existência de uma ficha e da possibilidade de candidatura às associações, IPSS, etc,  
304 tendo em conta o valor e as necessidades, se poderia ir um pouco mais longe, porque  
305 eventualmente poderiam estar a falhar alguma franja de população que até mesmo dentro daquela  
306 que queria atingir, ou seja, da população que não tinha necessidades prévias, poderão não ter o  
307 contacto suficientemente articulado com essas instituições que prestam auxílio, e isso era  
308 obviamente uma sugestão, para que ficasse claro, podia-se tentar encontrar formas um pouco mais  
309 pro ativas de chegar a pessoas, que até por alguma vergonha em relação a pobreza, estejam a  
310 escapar ao radar dessas associações, IPSS e etc.

311 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

312 **Presidente da Junta** Acerca da primeira questão, efetivamente a Junta de Freguesia de Santa  
313 Clara já era uma estrutura de dimensão considerável e por alguma razão ela foi constituída como  
314 tal, precisamente para que haja pessoas direcionadas para a especialização de determinadas áreas,  
315 por isso mesmo era muito natural que tivesse à partida logo a ideia de que tinha que haver pessoas  
316 especializadas em determinados assuntos, portanto isso era uma necessidade, por isso achava que  
317 mal estava quando uma pessoa que, no caso como a própria exercia a função de topo nesta  
318 instituição, tivesse a veleidade de considerar que tinha que fazer tudo ou de saber tudo, isso seria  
319 um desvirtuar daquilo que eram os objetivos das suas funções, não tinha tal visão. Em relação à  
320 segunda questão, não afirmou nem pretendeu dizer que não tinham conhecimento das  
321 necessidades, o que tinha dito foi que a inventariação das necessidades era um processo dinâmico,  
322 e desde o princípio desta situação concreta de Covid-19 que se desencadeou, mais concretamente  
323 a partir de 12 de Março têm vindo a conhecer melhor aquilo que vai acontecendo, isso não era a  
324 mesma coisa que dizer que não conheciam as necessidades, nem tinham a veleidade de dizer que  
325 as conheciam integralmente, a Junta iria conhecendo as necessidades, inclusivamente referiu que  
326 isso era um processo, agora tinham que as conhecer e tinham que as priorizar em função de  
327 critérios para poderem atribuir o valor que tinham disponível, e aquilo que havia disponível eram  
328 recursos que eram sempre escassos, por isso tinham que ir conhecendo as necessidades,  
329 priorizando-as, para depois poder fazer a gestão do que havia da forma mais justa possível.



Handwritten marks and signatures in the top right corner of the page.

330 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

331 **Paulo Ribeiro** Como eleito também merecia ter respostas acerca dos casos de Covid-19 que  
332 houve no posto de limpeza, houve pessoas que andaram a distribuir comida com Covid-19 e por  
333 isso interrogava-se se estavam lá apenas para marcar presença, fez duas perguntas e exigia  
334 respostas, apenas perguntou se houve pessoas no posto de limpeza com Covid-19, como também  
335 houve na Junta de Freguesia do Lumiar e em todo o lado e os CSC queriam saber quais foram as  
336 medidas que tomaram, e cabia à Sra. Presidente da Junta esclarecer isso.

337 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

338 **Presidente da Junta** As medidas que adotaram eram sempre aquelas que se tomam no momento,  
339 porque isso era um processo em que a Direção Geral da Saúde ia produzindo informações à  
340 medida que obtinha mais informação e que também entendia por bem implementar, a bíblia da  
341 Junta de Freguesia era o que a DGS determinava, porque estavam lá para isso, para dar diretrizes,  
342 a Junta seguia perfeitamente as diretrizes em cada momento da DGS, por exemplo se tivesse  
343 acontecido uma situação há um mês atrás e se acontecesse uma situação atualmente,  
344 provavelmente as atuações seriam diferentes de acordo com aquilo que a DGS estivesse a  
345 implementar numa data ou noutra data, em determinada altura, a ótica era qualquer pessoa que  
346 fosse suspeita de ter contraído a infeção ou a probabilidade de ter contraído, por ter estado  
347 próxima de outra pessoa com infeção, essa pessoa era logo testada e fazia o seu recolhimento, em  
348 outra altura já se considerou que o caminho não era por aí, a pessoa ficava em quarentena,  
349 colocando a hipótese de que durante 14 dias poderia de facto ter ou não ter contraído a situação,  
350 e se tiver sintomas então as medidas serão umas e se não tiver sintomas, as medidas serão outras,  
351 mas aquilo que se fazia era uma pré-comunicação ao Serviço Nacional de Saúde, e isso fazia-se  
352 sempre e depois funcionavam de acordo com as diretrizes em cada momento, aconteceu  
353 efetivamente um caso no posto de Higiene Urbana, a questão foi detetada mais tarde e quando foi  
354 detetada, foram identificar as pessoas que estiveram num contacto mais próximo dessa pessoa, e  
355 todas essas pessoas até ao limite de 14 dias sobre a data em que foi detetada a situação, ficavam  
356 em casa 14 dias, que era o que a DGS determinava, o mais provável era nunca terem sintomas  
357 qualquer dessas pessoas, que foram 22, não tiveram sintomas nenhuns, de qualquer modo, a partir  
358 da altura que se deu conta, ficaram em casa até ao fim e a DGS tinha conhecimento dos nomes de  
359 todas as pessoas, nessas circunstâncias a DGS passava a monitorizar diretamente a situação, à  
360 Junta de Freguesia cabia-lhe fazer a comunicação, isolar as pessoas e deixar as pessoas em  
361 quarentena nas suas casas, a partir daí a DGS agia em conformidade, por exemplo se telefonasse  
362 para lá e dissesse que tinha muita tosse, tinha espirrado muito ou doía-lhe a cabeça, se a DGS  
363 entender que os motivos não são suficientes para mais medidas, dizia-lhe para ficar em casa e  
364 resguardar-se, que no dia a seguir voltavam a falar, e ficava a monitorizar a situação, era o que  
365 estava a acontecer, felizmente não tinham tido nenhum problema, o facto de acontecer um caso  
366 não queria dizer necessariamente que daí advenha um problema grave, felizmente até agora não  
367 tinham tido nada mas podiam vir a ter, isso podia acontecer mas o queria afirmar era que em cada  
368 momento estavam a ponderar a situação, estavam a avaliar muito de perto e seguindo as diretrizes  
369 da DGS, nem a Junta queria outra coisa, estavam todos envolvidos como pessoas também, e não  
370 pretendiam proliferar ou serem os causadores da proliferação da situação, podiam ficar ruas por  
371 varrer, mas a prioridade das prioridades é deixar passar esse tempo de quarentena até que essas  
372 pessoas que estiveram mais de perto, que provavelmente não tinham nada, pelo menos não tinham  
373 sintomas, e após esse limite de tempo, regressassem ao trabalho normalmente e em outras  
374 circunstâncias, se acontecer será a mesma coisa.

375 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

376 **Paulo Ribeiro** A Sra. Presidente da Junta disse que a Junta pegou em 22 pessoas que suspeitou  
377 que tivessem estado em contacto e colocou-as em casa, no caso da Junta de Freguesia do Lumiar,  
378 todos os funcionários fizeram o teste, mas na Junta de Freguesia de Santa Clara as 22 pessoas  
379 foram para casa sem fazer o teste, e quando regressassem, iriam voltar sem fazer teste, e até  
380 poderiam ter, como o caso do humorista Fernando Rocha que esteve quase 3 meses e teste dava-  
381 lhe sempre positivo, a questão era que com o saldo que tinha, a Junta podia fazer o teste a todos  
382 os seus funcionários para que pudessem ficar descansados e saberem quem tinha e quem não  
383 tinha, e perguntava se quando esses 22 funcionários regressarem ao trabalho, se iam regressar sem  
384 o teste feito.

385 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

386 **Presidente da Junta** A questão era que o teste em si não era mais do que o diagnóstico de uma  
387 situação, e é se for fidedigno naquele momento, no dia seguinte era outra questão, podia fazer um  
388 teste e dar negativo, e no dia a seguir poderia ter contraído, o teste em si não resolvia situação  
389 nenhuma, mas o teste, em determinada altura foi necessário para se ter uma ideia da situação, para  
390 saber como agir e foi a medida prioritária que vários países adotaram, atualmente já não estava a  
391 ser tanto assim, a DGS afirmava que uma pessoa, ou porque esteve com outra ou porque tem  
392 alguma suspeição, e se as coisas não forem muito evidentes, manda-a ficar em isolamento, era  
393 assim que DGS estava a fazer hoje, no entanto a pessoa tinha que cumprir as normas, se durante  
394 esse tempo de isolamento, que eram os 14 dias e durante esse tempo, se a pessoa efetivamente  
395 naquela data a pessoa contraiu a doença e se durante esse tempo todo não teve sintomas nenhuns,  
396 era o que fazia a DGS fazia, não lhe fazia testes, mas ia monitorizando a situação, não se podia  
397 pensar que o fazer testes resolvia o problema do país, pois não resolvia, informou que a própria  
398 iria fazer um teste no dia a seguir, à sua custa, mas não ia fazer o teste só porque queria, ia fazer  
399 porque lhe mandaram fazer, porque precisava de fazer uma pequena intervenção cirúrgica, que  
400 era uma condição “sine qua non” e só por isso, mas isso não queria dizer que amanhã fosse fazer  
401 o teste e dar negativo, e posteriormente pudesse estar positivo.

402 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

403 **Ricardo Duarte** Não ia entrar na discussão sobre a gestão do Covid-19, de facto achavam que  
404 em regra tinha que se seguir as instruções da DGS. A Sra. Presidente da Junta às vezes não ouve  
405 sequer o que as pessoas dizem, o próprio fez um elogio e afirmou que era normal não saber a  
406 fundo de tudo, que fazia muito bem se se acompanhasse dos técnicos, e a Sra. Presidente da Junta  
407 respondeu como se o próprio tivesse dito o contrário, não havia qualquer questão relativamente a  
408 isso, a questão era unicamente que de facto se deveria ir um pouco mais longe e sair da esfera das  
409 instituições que já prestavam auxílio.

410 **Presidente da Assembleia** Submeteu à votação a documentação do ponto n.º 8 da Ordem do Dia,  
411 o qual foi aprovado por maioria, com 8 votos a favor: 5 do PS, 2 do PSD e 1 dos CSC; e 4  
412 abstenções: 2 do PCP, 1 do BE e 1 do CDS-PP. Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo para declaração  
413 de voto.

414 **Bruno Rolo** O voto do PCP era a abstenção, porque não querendo inviabilizar o reforço de verbas  
415 para uma situação que era claramente necessária, independentemente de terem sido explicados os  
416 critérios, que não discutia que tivessem sido bem explicados, segundo lhe disse o colega do BE,  
417 e não se importava nada de ir ver à ata a explicação, mas não seria agora que precipitadamente  
418 iria mudar o seu sentido de voto, se os critérios tivessem vindo antecipadamente ao conhecimento  
419 do PCP, era muito mais fácil tomarem outra posição, independentemente de terem chegado  
420 atrasados e ouvido ou não a explicação, isso não iria alterar o sentido de voto, ainda assim  
421 viabilizando a aprovação do Aditamento.

422 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte para declaração de voto.

423 **Ricardo Duarte** Obviamente não tinham nada contra essa transferência do valor tão necessário,  
424 e obviamente nunca inviabilizariam esse aditamento, a abstenção prendia-se com algo que os  
425 preocupava, que era em muito daquilo que era a distribuição desse tipo de ajudas, e que se  
426 inicialmente tinham a dúvida de qual era o critério, depois do esclarecimento mantinha-se a  
427 preocupação e era uma preocupação política e de fundo, que era a delegar no chamado terceiro  
428 setor toda a responsabilidade da seleção das pessoas que deviam receber esse auxílio, não só não  
429 era um mal só desta junta, não quer dizer que não se recorra ao auxílio do terceiro sector, ele tinha  
430 o seu papel, mas a própria Junta e os seus profissionais tinham de ir para o terreno e de ser eles  
431 próprios a montar formas de chegar à população, não se podiam basear no terceiro setor, até  
432 porque como se viu no princípio desta crise, o terceiro setor dependia do voluntariado e  
433 desaparecia, aconteceu isso com a ReFood, não necessariamente pelos voluntários mas porque  
434 deixou de ter fonte de abastecimento, como era normal, aconteceu isso com muitas das  
435 instituições que estavam no terreno e tinham de se consciencializar que essa responsabilidade  
436 tinha que ser dos serviços públicos, neste caso da Junta de Freguesia de Santa Clara e não se  
437 deviam apoiar unicamente na muleta do terceiro setor.

438 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro para declaração de voto.

8.  
N  
M

439 **Paulo Ribeiro** Os CSC votaram a favor porque para essa situação do Covid-19 ou para outra  
440 situação extraordinária, todo o dinheiro era bem-vindo, a questão era que, por exemplo podiam  
441 ter um milhão de euros para distribuir às pessoas, mas se as pessoas não vierem ter com a Junta,  
442 a Junta não gastava o dinheiro, a Junta tinha que arranjar formas de ir ter com as pessoas, havia  
443 muita pobreza encoberta, havia muitas pessoas que não tinham computador, haviam pessoas  
444 idosas que estavam sozinhas em casa, e achava que esse levantamento devia ser feito, porque se  
445 as pessoas não vinham à Junta, a Junta devia ir ter com elas, inverter este ciclo, senão o dinheiro  
446 volta para a CML porque não era aplicado.

447 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto n.º 9 da Ordem do Dia - Aprovação da adoção, pela  
448 Junta de Freguesia de Santa Clara, do Regulamento de gestão de resíduos, limpeza e higiene  
449 urbana de Lisboa, publicado sob o aviso n.º 20811-B/2019, no Diário da República na 2ª Série,  
450 de 31 de Dezembro, e ainda da Tabela de Preços e outras Receitas Municipais e da Tabela de  
451 Taxas Municipais 2020. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

452 **Presidente da Junta** O ponto n.º 9 referia-se à gestão de resíduos urbanos e à respetiva  
453 regulamentação, a CML elaborou e aprovou o regulamento de gestão de resíduos, limpeza e  
454 higiene urbana da cidade de Lisboa, como também a tabela de preços e outras receitas municipais  
455 e a tabela de taxas municipais para o ano em curso. No âmbito da reorganização administrativa  
456 da cidade de Lisboa, várias dessas funções relativas ao âmbito da higiene Urbana passaram para  
457 as juntas de freguesia, assim sendo cabia às juntas de freguesia a adoção de várias medidas que  
458 iam no mesmo sentido daquelas que a CML regulamentou, por esse motivo e porque a CML tinha  
459 experiência e também tinha técnicos qualificados para a elaboração dos procedimentos e das  
460 normas a aplicar, era habitual sempre que a Junta de Freguesia não tinha discordância nenhuma  
461 de fundo aderir àquilo que são as normas produzidas pela CML em vários domínios e isso tinha  
462 acontecido, nesse caso também se passou o mesmo, portanto a Junta de Freguesia de Santa Clara  
463 deu-se por bem aceitar as normas aprovadas pela CML a esse respeito e propunham a esta  
464 assembleia a que elas sejam aprovadas, conforme dizia no fim dessa primeira página no ponto 2  
465 "...portanto propõe-se que esta assembleia delibere a aprovação e adoção do regulamento e  
466 tabelas descritas pela Junta de Freguesia de Santa Clara e que contém o seguinte: Regulamento  
467 de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana de Lisboa; Tabela de Preços e Outras Receitas  
468 Municipais e Tabela de Taxas Municipais para o ano de 2020.". Os documentos que suportam  
469 estas propostas estavam em anexo.

470 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

471 **Paulo Ribeiro** Se bem entendia, a Sra. Presidente da Junta queria adotar o regulamento da CML,  
472 só que havia uma questão que lhe ia fazer que gostava que fosse respondida, que era se a Sra.  
473 Presidente da Junta tinha noção que a CML tinha uma polícia municipal e que não havia a polícia  
474 da freguesia, havia um senão e ia falar de um caso prático, se alguém da Junta de Freguesia lhe  
475 pedir a identificação, não lhe ia dar porque não era obrigado porque não era polícia, gostaria de  
476 saber como é que a Sra. Presidente de Junta iria garantir que consegue levantar um auto a uma  
477 pessoa, porque a CML quando fazia essa ação, fazia com um fiscal mas anda um agente da Polícia  
478 Municipal com esse fiscal, queria perceber se a Junta iria requisitar um agente da Polícia  
479 Municipal para efetuar esse tipo de ações.

480 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

481 **Bruno Rolo** Em relação ao regulamento, se a memória não lhe falhava, no mandato anterior já  
482 tinham tido uma discussão desse âmbito que era o seguinte, do ponto de vista do PCP não fazia  
483 sentido nenhum que a CML fizesse um regulamento genérico sobre uma série de atividades que  
484 a CML tutela e depois seja adotado *ipsis verbis* pelas juntas de freguesia, primeiro porque as  
485 juntas de freguesia não eram um mero departamento da CML, se quisessem ser, faziam mal, o  
486 poder local não era isso, e portanto as juntas de freguesia tinham competências próprias, e como  
487 tal deviam ter regulamentos e tabelas próprias, não estava a generalizar todas as matérias, porque  
488 no caso da Piscina fazia sentido, porque a Piscina era um equipamento municipal, tinha um  
489 regulamento, inicialmente fazia sentido quando foi transferido para a CML que a Junta de  
490 Freguesia ainda não tinha um conhecimento profundo da regulamentação a implementar na  
491 Piscina e assumia claramente o regulamento que estava implementado pela CML, pois ao fim de  
492 alguns anos, se calhar com o conhecimento mais aprofundado, já podia fazer um regulamento  
493 para a Piscina mais adequado às necessidades da Freguesia e dos utentes, de acordo com a gestão

494 que vai fazendo, em relação à higiene urbana e às receitas municipais, isso tinha tanta coisa que  
495 não se aplicava a Junta, sabia que era difícil e dava trabalho, mas era para isso que tinham pessoas  
496 na Junta, não era preciso ser a Sra. Presidente da Junta a fazer, como bem tinha dito, mas alguém  
497 tinha que fazer o levantamento, até podiam eventualmente assumir os mesmos valores ou não, ou  
498 alguns assumir igual e outros não, acreditava que o licenciamento de um toldo ou de esplanada  
499 aqui na baixa não devia ser igual, porque o custo do espaço público não era igual, se fossem todos  
500 assumir o regulamento da CML, para todos os efeitos iria ser tudo igual, o que era injusto, portanto  
501 era importante que a Junta faça o seu trabalho de casa que era adequar as suas competências à  
502 realidade da sua freguesia e não da cidade de Lisboa, para isso é que existiam as Juntas de  
503 Freguesia, independentemente de as competências lhe terem sido transmitidas pela CML, mas  
504 foram transmitidas definitivamente, não eram delegações de competências protocolados como  
505 eram antigamente, do ponto de vista do PCP não fazia sentido que a Junta lhes colocasse aí 50  
506 páginas de regulamentos, em que mais dois terços de certeza que não eram aplicados à freguesia  
507 e que se aprovasse, isso não era trabalhar, isso era atamancar, compreendia que essa tabela foi  
508 feita em Dezembro de 2019 na CML, mas de Dezembro de 2019 até Junho de 2020 passaram 6  
509 meses, além disso isso já não era uma discussão nova, porque no outro mandado aconteceu  
510 exatamente a mesma coisa e no outro mandato ainda havia a desculpa que era o primeiro mandato  
511 depois da reorganização administrativa e que podia ainda haver uma certa dificuldade, mas já não  
512 estavam nessa fase, por outro lado independentemente da injustiça de ser igual para todos e da  
513 desnecessária aplicação de uma série de normas que não faziam sentido nenhum nas freguesias  
514 em geral e nesta em particular, que vem aqui expressas, o voto do PCP vai ser contra por uma  
515 outra situação, pela questão da coerência, votaram contra na Assembleia Municipal onde  
516 efetivamente isso até seria aplicável de forma mais objetiva e mesmo assim o PCP levantou uma  
517 série de objeções, mas por coerência também iam tomar a mesma orientação de voto, mas  
518 independentemente dessa orientação de voto ser negativa, ficava a sugestão de que era possível  
519 fazer melhor, trabalhando uma série de tabelas que eram realmente competências da Junta,  
520 discutir quais são as competências da junta e as receitas que a Junta tinha, as taxas que deveria  
521 cobrar sobre matérias que efetivamente se reportam à Junta e em relação ao regulamento de  
522 higiene urbana, sempre foi a opinião do PCP que a divisão e a delegação da higiene urbana para  
523 as juntas de freguesia nunca foi bem feita pela CML, porque pura e simplesmente não havia uma  
524 definição exata de tudo o que era exclusiva competência da CML e de tudo o que era exclusiva  
525 competência da Junta, e foi uma salganhada que nunca foi desembrulhada e acreditava que seja  
526 muito difícil a uma junta fazer um regulamento das suas competências, porque não sabiam bem  
527 sequer onde poderiam depois “pisar os calos” à CML, mas se no regulamento isso ainda se dava  
528 um pouco “de barato”, na tabela de taxas e receitas pensava que, havendo vontade com certeza  
529 que haveria pessoal e capacidade nos serviços da Junta para fazer esse levantamento, até porque  
530 acreditava que devia haver uma secção que faça a cobrança das taxas e das licenças, e pelo menos  
531 essas pessoas que lá trabalhavam tinham um histórico acumulado de saber o que era normal e  
532 habitual ser pedido, era só uma questão de depois fazer uma tabela muito mais resumida, que era  
533 muito mais fácil de analisarem e até discutirem construtivamente, de forma a adequar às  
534 necessidades e às dificuldades dos vários interlocutores da freguesia em cada situação específica,  
535 nesse documento isso era completamente impossível.

536 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

537 **Ricardo Duarte** Gostaria de colocar uma questão, porque não era muito claro o que estava nesse  
538 ponto da Ordem de Trabalhos, em o que se propunha era que se votasse esses três documentos em  
539 bloco ou que se votassem um por um.

540 **Presidente da Assembleia** Informou que os documentos iam ser votados em bloco. Deu a palavra  
541 ao Sr. Ricardo Duarte.

542 **Ricardo Duarte** Nesse caso lamentava, porque era um mau princípio a não ser dentro da soberba  
543 de que tinham maioria e iria ser aprovado de qualquer forma, e aí facilmente bastava estar de  
544 desacordo com um dos documentos que inviabilizaria a votação favorável ao conjunto. Fazia suas  
545 várias das críticas apresentadas pela CDU, verificou que vinha na documentação o preço da Estufa  
546 Fria, gostaria de ter uma estufa fria em Santa Clara mas não tinham, mesmo que quisessem adotar  
547 os documentos da CML, que pelo menos retirassem aquilo que não fazia absolutamente sentido  
548 nenhum, acho que era um trabalho que era essencial, até para o documento ficar mais simples e

549 legível, até porque qualquer freguês que queira aceder a isso iria ter um certo trabalho de encontrar  
550 aquilo que procura, obviamente também era uma preocupação não haver uma discriminação  
551 positiva em relação a situações em que era óbvio que estavam numa freguesia com dificuldades  
552 que uma Baixa, por exemplo, não tinha, haviam coisas que não faziam sentido ter o mesmo preço  
553 em toda a cidade, por isso é que existiam freguesias, porque senão não tinham freguesias, tinham  
554 a CML e ponto, e era tudo igual para todos, em relação à higiene urbana, de facto tendo em conta  
555 a falta de clareza de onde estariam os limites de cada um, e eventualmente seria melhor opção  
556 ficar igual para todos, de facto em relação às taxas e às receitas não fazia sentido nenhum, aliás  
557 até sugeriam que eventualmente ponderassem retirar o documento, revê-lo e rerepresentá-lo.

558 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

559 **Presidente da Junta** Começava por dizer que concordava com muitas das observações que foram  
560 feitas. Em relação ao caso da dificuldade da fiscalização em relação aos regulamentos e às tabelas  
561 que são da CML, havia necessidade de adequação do regulamento à especificidade da Junta de  
562 Freguesia, havia inclusivamente áreas que a Junta de Freguesia não tinha e que a CML tinha,  
563 concordava com essas observações, todavia dizer que a própria CML não tinha esse documento  
564 bem disponível para ser utilizado e aparecendo no fim de Dezembro de 2019 até agora, estavam  
565 em Junho mas todos os documentos que apareceram na Assembleia tiveram que estar prontos em  
566 Maio para virem para a Assembleia, portanto a Junta de Freguesia não teve quaisquer condições  
567 para se debruçar como devia, e concordava com os intervenientes nesse aspeto, a Junta não teve  
568 condições para se debruçar como devia sobre um documento desses e produzir o seu próprio  
569 regulamento, como procurou fazê-lo com o regulamento da Piscina, e foi aqui também feita a  
570 observação, referia que precisavam de um documento normativo, senão não podiam funcionar,  
571 aceitavam as observações e propunham, a partir deste momento, trabalhar o documento e tentar  
572 melhorá-lo, para da próxima vez que ele venha à Assembleia, já venha com um trabalho sério, de  
573 análise sobre o que efetivamente se fazia ou não em Santa Clara e sobre a especificidade desta  
574 Freguesia face ao contexto da cidade de Lisboa e era tudo o que podia dizer a respeito.

575 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

576 **Paulo Ribeiro** O que tinha dito na intervenção foi só uma mera situação, porque aconteceu com  
577 o próprio, porque houve uma pessoa que se lhe dirigiu para pedir a identificação, se não estiver a  
578 polícia ao lado, uma pessoa não era obrigada a dar a sua identificação, e eram estas dificuldades  
579 que as juntas tinham nesse momento, porque tinham as competências mas não tinham uma força  
580 policial como a CML, ou tinham que requisitar um polícia da CML quando um fiscal saía para a  
581 rua e terem que pagar ao polícia, o facto de um fiscal da Junta sair com o colete por si só a pessoa  
582 não vai facultar ou assinar um auto, tanto para os canídeos como nas esplanadas, caso não tenha  
583 pago a licença, e etc.

584 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

585 **Bruno Rolo** Queria referir duas pequenas notas antes de passarem à votação. Em primeiro,  
586 registar com agrado as palavras da Sra. Presidente da Junta e ficavam à espera, o que não os iria  
587 impedir nesse momento de votar contra, não dependeria do PCP a aprovação do documento, mas  
588 esperavam poder, futuramente ter um normativo mais adequado à realidade da Freguesia e que  
589 possa, nessa altura, até as forças da Oposição serem ouvidas para dar os seus contributos, com  
590 certeza que serão positivos, nem que seja só para discussão, e independentemente das suas  
591 propostas serem ou não depois aceites. Por outro lado, dizer que não competia ao PCP nem havia  
592 nenhum compromisso de aprovar os documentos, mas não queria deixar de frisar aqui uma coisa  
593 “sui generis” que lhe criou uma certa expectativa, por acaso esteve a falar com o gabinete do PCP  
594 na CML e pediu as votações das tabelas de taxas e das receitas municipais e uma coisa que lhe  
595 aprazia comentar é que o PSD, na CML votou contra tudo, na Assembleia Municipal votou contra  
596 tudo, e perguntava se havia condições de aprovar esse documento presentemente na Assembleia  
597 de freguesia, não tinha nada a ver com a posição de voto do PCP, que ia ser coerente na CML, na  
598 Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia, mas foi uma dúvida que lhe aprazia registar,  
599 isto porque havia forças políticas que, independentemente dos acordos que tenham, era bom terem  
600 uma espinha dorsal, daí serem classificados como vertebrados, neste momento aprazia-lhe a  
601 dúvida que era que se a Junta de Freguesia propunha este documento com a aprovação do  
602 Executivo por completo, será que a Assembleia de Freguesia estaria em condições de aprovar esse

\$  
R  
HNL

603 documento com estas questões aqui colocadas, iriam ver na próxima votação mas a curiosidade  
604 ficava.

605 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

606 **Presidente da Junta** Referiu na sua primeira intervenção a concordância com vários das  
607 observações que foram feitas, mas também afirmou que o tempo foi absolutamente escasso para  
608 se poder produzir um documento desta natureza, que outras instituições já vinham mais avançadas  
609 do que a Junta e levaram, pelos vistos, tantos anos a produzir, tudo isso dava muito trabalho,  
610 requeria meios que na altura não tinham e que até estavam disponíveis para várias outras funções,  
611 nessa fase que se vivia, que era sui generis, e que por outro lado a Junta tinha que funcionar,  
612 tinham de ter uma base de trabalho para poder funcionar, chamava a atenção que o Executivo não  
613 tinha uma norma para poder aplicar o que quer que seja, que estes documentos, ao ouvir a  
614 Assembleia é precisamente para que a Assembleia diga se autoriza ou não o Executivo a poder  
615 aplicar aquilo que se propunha, e nessa fase, não tendo mais elementos, aplicavam ipsis verbis os  
616 dados que a CML lhes proporcionou, mas também se comprometiam para, na primeira  
617 oportunidade, terem um documento alternativo, por isso tinha uma posição conciliatória e achava  
618 que merecia ser considerada.

619 **Presidente da Assembleia** Ficou registado o reparo da Sra. Presidente à abertura de todos os  
620 contributos das bancadas, eram bem vindos, era neste sentido de espírito que os congrega e os  
621 leva a votar em consciência, como livres que são, em órgãos distintos, estavam na Freguesia de  
622 Santa Clara e não no Município de Lisboa. Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

623 **Paulo Ribeiro** Neste momento, nem se ia abster nem votar esse documento, e pegando nas  
624 palavras do Sr. Bruno Rolo, estavam a aprovar coisas que eram da Junta a ssim como estavam a  
625 aprovar coisas que não eram da Junta, ou seja, estavam a aprovar um bloco, e pegando nas  
626 palavras da Sra. Presidente da Junta, que teve estes quatro anos sem o documento, não era por  
627 causa de mais três ou quatro meses em outra assembleia de freguesia em que venha o então  
628 documento atual, por isso achava ser melhor retirar o documento, na sua opinião, e então que  
629 venha um documento adequado à Freguesia.

630 **Presidente da Assembleia** Submeteu à votação a documentação do ponto n.º 9 da Ordem do Dia,  
631 o qual foi aprovado por maioria, com 7 votos a favor: 5 do PS e 2 do PSD; 3 votos contra: 2 do  
632 PCP e 1 do CDS-PP; 1 abstenção do BE. Informou que a bancada dos CSC não votaram este  
633 ponto. Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

634 **Paulo Ribeiro** Não estavam em condições de votar um documento que não representava a  
635 Freguesia, este documento representava a Freguesia e a CML, e nesse momento estavam ali  
636 eleitos pela Freguesia, se não tiveram tempo com cerca de 200 funcionários que tinha a Junta de  
637 Freguesia de Santa Clara, de fazer um documento, com tanto tempo parada, devido ao Covid-19,  
638 se faria diferença por mais 2 ou 3 meses a Junta, não aplicar multas às pessoas, era preferível  
639 fazerem um documento como deve ser e depois votavam.

640 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte para declaração de voto.

641 **Ricardo Duarte** A decisão do BE na abstenção podia ser encarada como um gesto de boa vontade,  
642 e acreditar que de facto aquilo que foi, tanto o reconhecimento como uma humildade que não  
643 tinham sido habituado da parte do Executivo, que de facto deveria ter feito um trabalho que não  
644 teve capacidade de fazer e que de facto trabalhará, a partir deste momento, no sentido de garantir  
645 que o documento seja adaptado à Freguesia.

646 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto n.º 10 e n.º 11 da Ordem do Dia - Apreciação da  
647 informação escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia e Informação da Situação  
648 Financeira da Junta de Freguesia. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

649 **Presidente da Junta** Iria apresentar um resumo daquilo que foram as atividades desde o início  
650 de Dezembro de 2019 até ao fim de Maio de 2020 e que gostaria de distinguir em duas etapas  
651 perfeitamente diferentes que eram, uma era até meados de Março de 2020 e a outra era depois de  
652 meados de Março de 2020, pelas razões que todos conheciam, ou seja, da situação pandémica que  
653 se viveu e que levou a uma adoção de comportamentos adequados à situação, de qualquer modo,  
654 queria referir o que se fez de essencial nessa fase, e foram muitas as atividades desenvolvidas,  
655 queria também referir a estrutura deste documento face ao documento apresentado nos anos  
656 anteriores, este documento foi apresentado em conformidade com a estrutura orgânica aprovada,  
657 por isso mesmo vinham as áreas de acordo com estrutura orgânica, a primeira era a Divisão

658 Administrativa, Financeira e Social, depois vinha a Divisão de Espaço Público, vinha outra de  
659 Urbanismo e outra de Desporto, e etc., esta estrutura está em conformidade com a estrutura deste  
660 documento, que obedecia à estrutura orgânica aprovada. Sobre a Divisão Administrativa,  
661 Financeira e Social, o atendimento à população foi sempre feito nos termos normais, sendo que a  
662 partir de certa altura, por imperativos da situação, foram feitos atendimentos por marcação e com  
663 todas as condições para evitar a proliferação da epidemia vigente; no âmbito do secretariado  
664 foram desenvolvidos também todo o expediente inerente; no âmbito da contabilidade, tesouraria  
665 e património sublinhava esse primeiro ponto que vinha referido, que era a implementação do  
666 SNC-AP, ou seja, Serviço Nacional de Contabilidade, que foi introduzido a 1 de janeiro de 2020,  
667 e portanto a Junta de Freguesia introduziu essa modalidade, como seria obrigatório por lei; no  
668 âmbito da contratação pública foram desenvolvidos todos os expedientes relativos à contratação  
669 de bens e serviços, com um quadro resumo dos procedimentos adotados nos ajustes diretos  
670 simplificados, ajustes diretos gerais e consulta prévia, num total de 360 procedimentos; nos  
671 recursos humanos estavam indicados aquilo que eram os recursos humanos da Junta de Freguesia  
672 no fim de Dezembro de 2019, que eram 16 técnicos superiores por tempo indeterminado, 3 em  
673 regime de avença mensal e 3 em regime de pagamento à hora, num total de 22, estes três em  
674 regime de avença mensal eram os três consultores superiores da Junta, era o Dr. Luís Araújo na  
675 contabilidade, era o consultor de informática e a jurista, os outros eram da Piscina Municipal, dos  
676 assistentes técnicos, haviam 26 por contrato de tempo indeterminado, e 15 por pagamento à hora,  
677 num total de 41, dos assistentes operacionais, estavam 80 por contrato de tempo indeterminado,  
678 14 em regime de avença mensal, e desses 14, alguns eram das escolas básicas da Freguesia, num  
679 total de 94, ou seja, havia um total de 122 trabalhadores por contrato de tempo indeterminado, 17  
680 por avença mensal e 18 por pagamento à hora, que eram 157 na totalidade, foi feita uma campanha  
681 de vacinação contra a gripe aos trabalhadores da Junta de Freguesia, foram consultados aqueles  
682 que quiseram e aceitaram levar a vacina 38 trabalhadores, sendo-lhe aplicada nos serviços sociais  
683 da Rua Tito de Moraes, no ano de 2020, em termos de movimentações de pessoal, era de referir  
684 que se prosseguia uma ótica de qualificação dos trabalhadores, em que houve 62 em ações de  
685 formação, foram deferidos alguns pedidos de mobilidade e foram contratados em regime de  
686 prestação de serviços alguns trabalhadores, tal como vinham descritos, da assessoria jurídica, já  
687 tinha referido que eram situações que reportavam também desde o ano anterior, no fundo eram  
688 situações que se repetiam, na assessoria jurídica estava um jurista, no Gabinete de Inserção  
689 Profissional, que foi entretanto constituído nas instalações do Campo das Amoreiras, com um  
690 técnico superior, era um trabalho que duraria 3 anos, depois não sabiam se prosseguirá, sobre o  
691 DAFS- Educação e Jardins de Infância, estavam 6 assistentes operacionais, na Divisão de Espaço  
692 Público-Engenharia do Ambiente estava um técnico superior, um coordenador para a Higiene  
693 Urbana, 3 assistentes operacionais para a Higiene Urbana, 2 assistentes operacionais para os  
694 Espaços Verdes e para a limpeza interna das instalações 4 assistentes operacionais, num total de  
695 19; no âmbito das medidas adotadas em relação à pandemia da Covid-19, foi elaborado, assim  
696 como foi determinado superiormente, um plano de contingência segundo as leis e normas vigentes  
697 e segundo a orientação técnica do serviço jurídico, foram distribuídos equipamentos de proteção  
698 individual a todos os trabalhadores e foram produzidas normas de utilização e afixadas em todos  
699 os locais de trabalho, para além de esclarecimentos verbais que foram sempre transmitidos e dos  
700 aconselhamentos sistemáticos, de salientar que muitas pessoas de facto eram avessas à utilização  
701 destes equipamentos e daí que por vezes se encontrassem pessoas a prevaricar, mas não porque a  
702 Junta de Freguesia não tenha distribuído sempre todos os equipamentos necessários, todos os  
703 utensílios necessários, todas as normas e todos os esclarecimentos, foram promovidas as limpezas  
704 internas de todas as instalações de uma forma muito mais profunda, no sentido de reduzir a  
705 probabilidade de contágio, e continuavam sempre com essa postura, sobre o preenchimento dos  
706 postos de trabalho, tendo em conta a necessidade de preenchimento dos postos de trabalho de  
707 execução permanente, todos aqueles que estavam nessas circunstâncias foram integrados e  
708 estavam preenchidos pela modalidade do trabalho por contrato indeterminado, apenas para  
709 serviços temporários ou que não justificasse a ocupação total de um trabalhador é que se recorria  
710 à modalidade de prestação de serviços acima referida, a integração de trabalhadores; no âmbito  
711 da regularização extraordinária de vínculos precários, em Maio de 2020 totalizava 124  
712 trabalhadores, sendo 15 técnicos superiores, 25 assistentes técnicos e 84 assistentes operacionais.

\$  
1  
HUB

713 No âmbito da assistência à situação pandémica Covid-19, tem havido várias atitudes de  
714 intervenção, quer por parte da Junta de Freguesia, quer por parte de todos os parceiros da Junta  
715 com quem tinham estado em permanente colaboração, como referiu na reunião anterior desta  
716 mesma sessão, várias pessoas da Junta de Freguesia e não só, aquelas que sempre estiveram afetas  
717 à área social, mas também as pessoas da área do desporto e outras, foram direcionadas para apoio  
718 aos serviços sociais à população, por exemplo a Piscina estava encerrada, e por isso algumas  
719 pessoas ficaram em trabalho à distância, mas num certo regime de rotatividade, várias delas eram  
720 sempre convocadas para prestar apoio a população, tinha havido uma mobilização global dos  
721 trabalhadores da Junta para apoiar a situação pandémica em que se vivia, de uma ou de outra  
722 forma, mas de várias formas, de facto o apoio da Junta não se tinha traduzido tanto na oferta de  
723 dinheiro mas muito na oferta de serviços, e na congregação de esforços para que as respostas à  
724 população cheguem a população, era claro que isso se traduzia num consumo de energias muito  
725 elevado, de esforços vários de adaptações a trabalhos diferentes, mas também se fizeram contas,  
726 estavam os ordenados de muita gente que estavam aqui considerados, eram as despesas de  
727 deslocação, eram os carros da Junta, era o combustível e etc., uma vez tudo isso contabilizado,  
728 refletia muito dinheiro investido, faziam isso com todo o gosto e com muita pena que assim tenha  
729 que ser, dadas as circunstâncias, tem sido uma ajuda muito significativa que a Junta tinha prestado  
730 à sua população, em termos de apoio na saúde, em termos de apoio alimentar, em termos de apoio  
731 social, nas escolas, etc, também era de salientar a contribuição da Comissão Social de Freguesia,  
732 da sua rede social, nos seus grupos tradicionais, da escolaridade, da emergência social, do “Viver  
733 Santa Clara” e o grupo da migração, assim como também dos grupos comunitários das  
734 Galinheiras, da Ameixoeira e da Alta de Lisboa, fizeram várias reuniões e várias parcerias com  
735 várias instituições, continuavam os serviços sociais da Junta de Freguesia na Rua Tito Morais,  
736 com as consultas de terapia da fala e as consultas de psicologia, com o posto médico e o posto de  
737 enfermagem, nesse momento não estava a funcionar, até que sejam reunidas condições para poder  
738 reabrir, mas nesse momento não estava realmente a funcionar com apoio social. No âmbito da  
739 educação, formação e empregabilidade, a Junta, obviamente, continuava a pagar os ordenados das  
740 assistentes operacionais nas escolas e jardins de infância públicos da Freguesia, que eram cinco,  
741 como era sabido, em projetos que dinamizavam, da ação social, nesses diversos equipamentos,  
742 na parceria com o centro de saúde na ação comemorativa do Dia dos Namorados designada  
743 “Estendal dos Afetos”, etc, o Centro de Apoio ao Estudo também funcionou até à altura em que  
744 foi possível, ou seja, até meados de Março de 2020 em que foi possível ter as crianças juntas, a  
745 Academia de Formação era a mesma coisa, funcionava com 70 alunos até meados de Março de  
746 2020, o Centro de Formação do IEPF, no rés-do-chão deste edifício realizou diversas ações de  
747 formação, também funcionou até meados de Março de 2020, altura em que foi encerrado, a mesma  
748 situação com a Academia de Formação, o Gabinete de Inserção Profissional de Santa Clara  
749 também exerceu uma grande atividade, com acompanhamento de 131 utentes em 240 ações de  
750 apoio, foram realizadas ações de informação e atendimento individual, com encaminhamento das  
751 pessoas para os órgãos competentes, sobretudo nesta situação de pandemia, considerou-se que  
752 esse serviço se revelou de grande utilidade, nunca houve interrupção no seu funcionamento,  
753 apenas modificação na forma de atendimento e na modalidade de apoio; na Divisão de Espaço  
754 Público, não era fácil desempenhar estas atividades nesse contexto, porque muito dos  
755 trabalhadores, trabalham próximos, eram funções essenciais, a higiene urbana era uma função  
756 essencial, cuidar dos espaços verdes eram funções essenciais, tinham a sua sede própria, os seus  
757 horários próprios, os seus balneários, portanto teve que haver aí um grande esforço de adequação  
758 e mesmo assim não era mesmo nada fácil, de qualquer maneira foram introduzidas novas formas  
759 de higiene no espaço público, como a lavagem e desinfeção de ruas nos seus pontos principais,  
760 nos aspetos mais principais. No âmbito dos Espaços Verdes, tinham procedido muito à  
761 reabilitação dos jardins, com destaque nessa fase para o jardim do Campo das Amoreiras e o  
762 Jardim de Santa Clara. No âmbito do licenciamento e fiscalização, de sublinhar que essas  
763 atividades na Freguesia eram de pequena monta, tinham-se realizado algumas mas na dinâmica a  
764 Freguesia não aponta muito nesse sentido, e nesta fase ainda menos. Na Divisão de Urbanismo,  
765 Comunicação e Eventos, foram feitas diversas obras de intervenção, grande parte delas realizadas  
766 diretamente pela Junta de Freguesia, foi a requalificação do Pátio do Ministro, que se situa ao  
767 lado do Largo do Ministro, o espaço de atendimento estava concluído, referiram no ano de 2019



768 o início dessas obras, mas agora está concluído, estava apenas a aguardar uma coisa, que o senhor  
769 do ar-condicionado que encomendaram que arranjasse um pouco de disponibilidade para os ir  
770 colocar, porque segundo ele, por todos os problemas que tem tido em desenvolver, no âmbito dos  
771 hospitais, com muita urgência e pela falta de pessoal, tinha dificuldade em ultimar este serviço,  
772 não estava a causar transtorno especial, por isso ainda não foi aberto esse serviço, era a única  
773 coisa que falta naquele espaço para o concluir, de resto estava feito, estava muito bonito e teriam  
774 muito gosto em que passassem por lá um dia para ver essa obra, no edifício do Campo das  
775 Amoreiras, arranjos exteriores que têm sido feitos, a Estrada Pisa Pimenta, reformulação do  
776 estaleiro, Piscina de Santa Clara, reparações diversas, escolas, no Jardim de Santa Clara a  
777 impermeabilização do lago e reparação também desse lago, a reparação do parque infantil do  
778 Jardim de Santa Clara, na Rua Bernardo Marques candeeiros e reparação de parque infantil, ainda  
779 há pouco tempo tinha sido construído mas já estava todo danificado, na Rua Bernardo Marques e  
780 na Rua Maria de Lurdes Pintassilgo reparação de escadas de ligação, na Rua Fernando Gusmão  
781 anulação de ressaltos de entrada nas passadeiras e em passeios, na Azinhaga das Galinheiras um  
782 canal de segurança, na Rua Elina Guimarães e Estrada do Desvio escadas de ligação, na Quinta  
783 das Lavradeiras, passeios e limitadores de estacionamento abusivo, na Rua Emídio Santana  
784 reconstrução de uma cobertura, na Rua do Alto do Chapeleiro, uma rampa de acesso a uma  
785 moradia, sobre os projetos no âmbito dos contratos de delegação de competências, alguns foram  
786 aprovados pela CML ou em fase de início de obras, nesse caso tinham o Largo do Ministro, já  
787 estava aprovado, a obra iria começar em pouco tempo, da mesma maneira o talude da Rua Jorge  
788 de Sena, o parque infantil da Rua Carlos Aboim Inglês, o parque infantil da Rua Luís de Sá, o  
789 parque urbano da Rua Engenheiro Quartin Graça e acrescentava o parque canino no Parque Oeste,  
790 o projeto estava feito, foi aprovado pela CML e já estavam a começar a obra, estava a Junta a  
791 construir, ainda estavam vários projetos elaborados mas ainda a aguardar a aprovação pela CML  
792 e outros ainda estão em fase de conceção; no âmbito dos CDC, como era sabido, a Junta tinha os  
793 tais 1 milhão e 900 mil euros para utilizar e desses 1 milhão e 900 mil euros, uma parte já estava  
794 gasta nos projetos que já estavam realizados, outra vai ser gasta nos projetos que estavam a  
795 começar a sua execução, outros naqueles que já estavam a aguardar aprovação pela CML. No  
796 âmbito da comunicação, foram produzidos os documentos normais da Junta, por acaso o boletim  
797 não tem sido feito ultimamente, não tem havido disponibilidade face a toda essa contingência que  
798 se vivia, foram dando informações à população, mas não foi a prioridade da Junta nesta altura,  
799 mas foram produzidos todos os documentos necessários para a Assembleia e outros; em termos  
800 de eventos, os do ano de 2019 foram todos realizados, os eventos habituais, respetivamente o  
801 magusto de São Martinho, o almoço de Natal para seniores, o lanche convívio de Natal para os  
802 funcionários e colaboradores, sessão de circo para a população, iluminações de Natal no espaço  
803 público, no ano de 2020, como todos sabiam pelas diretrizes recebidas, os eventos cessaram e não  
804 sabiam se um dia serão ou não retomados, provavelmente não. Na Divisão de Desporto, no que  
805 se referia à Piscina Municipal, era a mesma coisa, o ano de 2019 decorreu no seus trâmites  
806 habituais, no ano de 2020, fez-se no princípio uma caminhada pelo Vale da Ameixoeira com a  
807 ideia de se prosseguir essas iniciativas, mas em meados de Março a Piscina encerrou e dizer que  
808 ainda hoje houve uma reunião com o vereador do Desporto e com os presidentes de junta que  
809 tinham a seu cargo a gestão das piscinas municipais, para auscultar as suas opiniões face à  
810 possibilidade ou não de reabertura, e referia que foi unânime a posição de todos que não estavam  
811 reunidas as condições de segurança para poder reiniciar a atividade na Piscina, todos apontaram  
812 a data de reinício para Setembro, e daqui até lá os funcionários continuarem neste regime de  
813 colaboração social, mas em Setembro sim e também sabiam que tinham que fazer o ponto da  
814 situação, apontar para Setembro não queria dizer que abra mesmo em Setembro, o que queria  
815 dizer era que iam estar atentos e que tinham uma hipótese à frente, a analisar, foi o que ficou  
816 acordado nessa reunião, depende do que acontecer e esperavam que a evolução seja muito positiva  
817 e que lhes permita não só a reabertura da Piscina nessa altura, quanto a retoma de todas as outras  
818 atividades no País e nesta Freguesia também. Mas isso era uma questão que neste momento ainda  
819 não tinham dados suficientes para adiantar, outros projetos foram implementados, os projetos pela  
820 CML das Olisipiadas, que a Junta de Freguesia sempre sempre participou e acompanhou, o projeto  
821 “Community Champions League”, workshops “Novis”, o projeto “Competir” e colaboração com  
822 instituições desportivas, de registar a Associação PER11, que tem tido uma atividade muito

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

823 positiva no bairro, atividade essa que tem sido reconhecida mesmo pela CML e a nível  
824 internacional, razão pelo facto quiseram realizar na sua sede uma comemoração de nível  
825 internacional, também de salientar o Centro de Atletismo das Galinheiras, que já os habituou com  
826 as suas competições, quer nacionais quer internacionais, e aos seus bons resultados, nas escolas,  
827 o projeto “Educar a Sorrir”, em que 25 crianças participaram nas ações das Olisipiadas, em  
828 atividades de cicloturismo e de atletismo, também o Grupo Desportivo Águias da Charneca, com  
829 a sua participação nas Olisipiadas, em cicloturismo e atletismo e o clube Triatlo de Lisboa,  
830 participando na modalidade de natação nas Olisipiadas e também na modalidade de ciclismo. Em  
831 termos da informação financeira, passava para o Dr. Luís Araújo.

832 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Dr. Luís Araújo.

833 **Luís Araújo** A informação financeira reporta-se até 30 de Abril de 2020, uma vez que também já  
834 aprovaram as contas e aquela parte de 2019 já foi refletida, esta informação reflete desde o dia 1  
835 de Janeiro a 30 de Abril do ano em curso, no documento consta uma pequena introdução  
836 relativamente aos saldos e à respetiva arrecadação de receita e realização de despesa, de salientar  
837 que no início de 2020 a Junta implementou, por força da obrigação da lei SNC-AP, ou seja, o  
838 novo sistema contabilístico, onde deixou de estar em vigor o POCAL havia uma transformação  
839 de todos os mapas que antigamente tinham e a forma de representação, estava disponível para  
840 algum esclarecimento que possa existir relativamente a esses mapas ou outra situação que tenha  
841 a ver com a informação financeira.

842 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

843 **Paulo Ribeiro** Antes de colocar as suas questões, iria parafrasear a Sra. Presidente da Junta  
844 “...fizemos várias ações, várias parcerias, diversas ações de formação, diversas obras...”, ou seja,  
845 era sempre diversas ou várias, a Sra. Presidente da Junta podia pensar que são muitas, o próprio  
846 podia pensar que eram poucas, depois ficava no vago e não concretizavam, isso era uma constante  
847 e parece que ia continuar sempre assim, não valia a pena estarem sempre a dizer a mesma coisa,  
848 haviam umas situações que não as via refletidas na informação escrita, gostava de saber a situação  
849 das escadas na Quinta das Lavadeiras, parecia que ficou esquecida, não caiu mas haveria de cair  
850 um dia, como estava o edifício da Avenida Glicínia Quartin, que ficou fechado, e devia estar já  
851 com teias de aranha e se calhar vandalizado, não sabia se a Junta já tinha ido verificar ou não; a  
852 nível do desporto, a Freguesia tinha muitas crianças e o próprio já tinha sido atleta no Águias da  
853 Charneca e no Tunelense, para quando a Junta de Freguesia, com os saldos e os superavits que  
854 tinha, efetua a construção de um pavilhão ou uma cobertura, como se fizeram em outros lados,  
855 para as atividades de pavilhão, porque como era sabido, o Tunelense tinha futebol e futsal e estava  
856 a ir jogar ao bairro da Boavista, ou seja, esta Freguesia tinha uma equipa de futsal sem dinheiro e  
857 sem espaços abertos, pensava que era uma boa obra para o próximo mandato, uma boa promessa  
858 para a Sra. Presidente da Junta, que como gostava de obras e ficava já prometido, andavam dois  
859 polícias no Jardim de Santa Clara, pagos pela Junta para exclusivamente irem atrás dos donos dos  
860 cães, precisava de saber se era verdade ou mentira, porque achava que era inédito e que não era  
861 normal e queria saber se era verdade ou mentira, que era para não estar a fazer uma afirmação  
862 falsa.

863 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

864 **Bruno Rolo** Em primeiro lugar, apesar de haver algumas questões, principalmente nos recursos  
865 humanos, que estavam bastante detalhadas, ou era da sua leitura ou os números não batiam certo,  
866 e era só fazer aqui um alerta para o caso, não era muito significativo mas se vissem nas pág. 2 e  
867 3, vendo só as categorias com contrato a tempo indeterminado, nos técnicos superiores em  
868 Dezembro de 2019 haviam 16, houve dois técnicos superiores que pediram mobilidade, e em  
869 Maio de 2020 estavam 15, não batia certo, depois assistentes técnicos, eram 26, não houve  
870 nenhum pedido de mobilidade e passou a 25, os assistentes operacionais eram 80, 1 pediu  
871 mobilidade, e ficaram 79, mais 6 do PREVPAV e ficaram 85, só constavam 84, portanto haviam  
872 desfasamentos, não são muito significativos mas que o levam a crer que ou isto não foi trabalhado  
873 tudo pela mesma pessoa ou então não estava a fazer uma leitura correta dos números, e gostava  
874 de saber se isso estava rigoroso e estava aqui a falhar qualquer coisa, ou se houve aqui alguma  
875 coisa que lhe escapou; em relação ao Covid-19, em algumas informações iria abster-se de fazer  
876 grandes comentários, até porque era veterinário e se as pessoas soubessem o que os veterinários  
877 iam dar detalhes sobre o Covid-19, ficavam muito apreensivas, apesar do principal orador na

878 televisão durante 3 meses ser seu colega e nunca ter aparecido a profissão dele, que era para o  
879 povo português não saber que estava “entregue aos bichos”, mas por acaso era bastante  
880 competente, era o Pedro Simas do IMM, mas havia uma coisa que tinha que ressaltar, é que a  
881 Sra. Presidente da Junta, e não tinha dito nada quando houve a discussão no ponto anterior sobre  
882 a questão do Covid-19 e das medidas do Covid-19, se havia aí uma pessoa que não percebia nada  
883 de coronavírus, era o próprio que apanhava com gatos e cães todos os dias com coronavírus, mas  
884 achou piada que estava a Sra. Presidente da Junta a dizer que não era pertinente estar a tomar  
885 medidas que contrariassem as orientações da DGS, e por acaso até ia dar a minha opinião, estava  
886 de acordo com os CSC que achava que era um pouco irresponsável colocar pessoas no regresso  
887 da quarentena sem fazer o teste, a DGS terá o seu entendimento, provavelmente era uma questão  
888 financeira ou falta de testes ou falta de dinheiro, mas a Junta podia fazê-lo às suas expensas e  
889 achava que era importante fazer, mas dando o benefício da dúvida que a Junta seguia  
890 escrupulosamente as orientações da DGS, perguntava porque é que na pág. 9 dizia na Higiene  
891 Urbana que andou a desinfetar a Freguesia com hipoclorito de sódio, quando a DGS  
892 expressamente afirmou que as desinfecções das ruas, além de não serem indicadas, são prejudiciais  
893 para o ambiente e não tinham resolução prática nenhuma para a questão do Covid-19, pelo menos  
894 do que tinha ouvido da senhora Diretora Geral da Saúde, e aliás houve várias freguesias que  
895 fizeram essa barbaridade, compraram viaturas de aspersão, em vez de gastarem dinheiro em coisas  
896 com fundamento científico, realmente optaram por andar a desinfetar as ruas, porque viram na  
897 China que os chineses também faziam, mas os chineses numa semana que houve agora um  
898 segundo pico em Pequim, vinha na comunicação social a dizer que testaram 2 milhões e 800 mil  
899 pessoas, então se o padrão chinês era o que devia estar em vigor, então iam testar 2 milhões de  
900 pessoas numa semana, se o padrão chinês não era o que devia estar em vigor, então não iam estar  
901 a pôr lixívia na rua, iam andar a fazer outras coisas, a sua questão aqui era quais eram os critérios  
902 da DGS que se devia seguir e quais não eram, porque ficou estupefacto porque é que se que andou  
903 a espalhar lixívia pela Freguesia; em relação as obras, só falaria de duas situações muito breves,  
904 em relação aos projetos já aprovados do CDC’s, lamentava mais uma vez que a CML tenha  
905 aprovado um projeto de que o PCP ainda não sabia bem qual era, apesar de terem andado durante  
906 anos a pedir qual era o projeto, mas que era de lamentar fazer gastar dinheiro no Largo do  
907 Ministro, não fazia sentido nenhum, além de que a CML devia ser o primeiro guardião de uma  
908 coisa que estava classificada como área histórica da cidade de Lisboa, aquele largo estava  
909 classificado como área histórica, pelo menos estava quando a CML funcionava com essas  
910 preocupações, agora não sabia qual era o departamento da CML que fechava os olhos a essas  
911 coisas, achava que era lamentável haver uma intervenção no Largo do Ministro, seja ela qual for,  
912 porque primeiro não sabiam qual era, a segunda era que havia tanto sítio para gastar dinheiro na  
913 Freguesia a necessitar, as outras obras que já estavam aprovadas e que estão por aprovação, o que  
914 tinham a dizer era o seguinte, a maior parte delas, de uma forma geral, sem conhecerem o projeto,  
915 parecia-lhes úteis, à exceção de um passadiço de ligação na Rua Jorge de Sena e o Jardim de Santa  
916 Clara, que nem sequer sabia o que era, se for igual aquele que o Sr. Vereador Sá Fernandes mandou  
917 fazer em madeira por cima da Calçada de Carriche, era para esquecer, não servia para nada e  
918 nunca lá viu ninguém passar e aqui ia ser a mesma coisa, ainda por cima num sítio onde já houve  
919 uma intervenção aqui há dois anos atrás, não sabia para que era o passadiço nem queria saber,  
920 achava que não fazia sentido nenhum e esperava que a CML não aprovasse, mas como aprovou  
921 o Largo do Ministro, já acreditava em tudo, os outros parecia-lhe que sim, tirando uma outra coisa  
922 que não tinham conhecimento concreto, até possa ser útil mas dava aqui uma nota, não sabia bem  
923 o que é que se entendia por parques caninos, porque o conceito de parques caninos, que agora  
924 pelos vistos estava na moda, que tinha aí alguns 10 parques caninos, gostava de perguntar à Junta  
925 qual era o conceito de parque canino que queriam implementar, porque havia um parque canino  
926 que era um parque lúdico e havia um parque canino que era o WC dos cães, e havia uns que eram  
927 mistos, que tinham uma parte lúdica e com WC, há uns anos atrás, o responsável da CML na área  
928 do ambiente e saúde animal era contra a implementação de WC ao ar livre para animais, porque  
929 entendia que o risco-benefício não era adequado, porque aquilo obrigava a uma grande  
930 manutenção, e os cães não eram obrigados a fazer lá, e havia muitos que não faziam porque não  
931 querem e recusavam-se a fazer, mas isso foi há uns 15 anos, essa pessoa já não estava na CML,  
932 provavelmente agora o responsável dessa área da saúde animal até podia ter outro entendimento,

933 mas gostava de saber muito concretamente o que era o conceito de parque canino que ia ser  
934 instituído, se era a área lúdica, higiénica ou as ambas, ou se de sítio para sítio varia e para finalizar  
935 também tinha aí uma questão particular, que era na Rua Engenheiro Quartin Graça, aparentemente  
936 já estava aprovado o projeto e gostava de saber onde é que ia ser feito o parque infantil e o parque  
937 canino, se era mesmo na Rua Engenheiro Quartin Graça ou se era naquela área das traseiras,  
938 porque na Rua Eng. Quartin Graça, não conhecia nenhum espaço onde coubesse, se era nas  
939 traseiras, aí já estava um pouco mais de acordo, e era só dar aí uma nota que não era só deste  
940 documento, no documento da informação do relatório de atividades, esqueceu-se de dizer na  
941 semana passada que o seu camarada Joaquim Santos por duas ou três vezes ter feito esse reparo,  
942 em que se possível não usar abreviaturas, porque quem estava a fazer o documento podia saber o  
943 que é, mas quem estava a ler podia não saber, e pelo menos viu aqui algumas coisas,  
944 nomeadamente no Centro de Formação RVSP não fazia ideia o que seria isso e não tinha  
945 obrigação de saber, nesse sentido solicitava uma atenção redobrada nos próximos documentos,  
946 para que pelo menos na primeira vez que essa sigla possa aparecer ou quando aparece com maior  
947 destaque, que se pusesse entre parênteses o que a sigla significava, porque senão dificultava a  
948 leitura dos documentos. Em relação à informação financeira, queria só saber se o Sr. Presidente  
949 da Assembleia em exercício já lhe permitia que o Dr. Luís Araújo hoje explicasse o que era o  
950 saldo transitado de 385 mil euros e em que é que podia ser usado, porque na semana passada não  
951 lhe deixou fazer a pergunta, se pudesse saber em que é que podia ser utilizado os 385 mil euros e  
952 se estavam ou não consignados a protocolos quando fazem transição de um ano para o outro,  
953 ficava agradecido.

954 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

955 **Ricardo Duarte** Começava por reforçar um pouco o final da intervenção do Sr. Bruno Rolo do  
956 PCP, de facto seria muito importante até porque era preciso lembrar que isso estava ligado com a  
957 disponibilidade ou não para manter determinados trabalhadores ao serviço da Junta, pedia esse  
958 esclarecimento, de facto foi salientado aqui algumas aparentes discrepâncias nas somas do  
959 número de trabalhadores e aproveitava para perguntar, no ano de 2019, no mês de Dezembro  
960 estavam 18 trabalhadores por pagamento à hora, aproveitava para perguntar qual era a situação  
961 atual, se existia alguém com pagamento à hora ou não; em relação às medidas do Covid-19,  
962 achava muito curioso a Sra. Presidente da Junta ter mencionado de facto que os equipamentos  
963 foram distribuídos e portanto se houve alguém que fosse avesso a esses equipamentos e que  
964 poderão não ter utilizado, e obviamente que a Junta de Freguesia ou a Sra. Presidente da Junta  
965 podia andar atrás de cada funcionário a obrigar e a certificar de tudo, nisso concordavam, agora  
966 como o Executivo admitiu na resposta que lhes prestou em relação às questões colocadas, isso era  
967 uma coisa e até aí tudo bem, que não possam garantir que toda a gente usa, agora publicar no  
968 Facebook da Junta de Freguesia fotografias de pessoas ao serviço da Junta sem os devidos  
969 equipamentos colocados era outra coisa, aí sim a responsabilidade era do Executivo e do exemplo  
970 que estavam a dar, reconheceram a situação e retiraram-nas, de qualquer das maneiras não havia  
971 uma desresponsabilização ou não deveria haver uma desresponsabilização do Executivo, porque  
972 aí de facto, mais do que dar os equipamentos tinha de dar o exemplo e houve uma falha grave que  
973 certamente será tratado internamente, em relação à higiene urbana de facto também ao BE os  
974 chocava a utilização de hipoclorito de sódio na Freguesia, quando aparentemente, pelo menos  
975 sobre aquilo que consideravam que devia ser o guia porque tinham de ter um e tinham de confiar  
976 nas instituições que tinham e nesse caso a DGS, pelo que não faria muito sentido de fazê-lo, até  
977 porque depois seria claramente prejudicial ao ambiente; em relação aos projetos, previamente o  
978 Sr. Bruno Rolo fez um descrição exaustiva, só queria reforçar de facto aquilo que também já  
979 mencionaram muitas vezes, que era a obsessão com o Largo do Ministro, aliás era um pouco a  
980 obsessão com toda aquela zona junto ao Metropolitano, que era um pouco difícil de compreender  
981 quando tinham uma freguesia com tantas necessidades, e por último perguntava, apesar de todas  
982 essas instituições desportivas terem ótimos resultados, mas se mais importante do que dizer quais  
983 os resultados que essas instituições tiveram, tendo em conta que este era um documento da Junta,  
984 e caso isso tenha acontecido, em que medida é que a Junta de Freguesia tinha contribuído para  
985 estes sucessos, não era dizer que clubes que existiam na Freguesia tiveram sucesso, isso não lhes  
986 dizia muito; em relação à informação financeira, aguardava a resposta à questão colocada pelo  
987 PCP.

8  
N  
Hhh

988 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.  
989 **Presidente da Junta** Em relações às questões colocadas pelo Sr. Paulo Ribeiro, que fez  
990 observações às designações, que a Junta por vezes utilizava as palavras diversos e várias e que  
991 segundo o Sr. Paulo Ribeiro não explicitavam aquilo que efetivamente se fazia ou que deixavam  
992 a dúvida do que efetivamente estava feito, mas chamava-lhe a atenção para todo esse trabalho aí  
993 apresentado e para a descrição das atividades que era feita em todas estas páginas, a indicação  
994 concreta daquilo que se fez e da quantificação que aí vinha apresentada e ficava-se por aí, porque  
995 basta qualquer pessoa que estivesse ali presente, folheasse este documento e visse página a página  
996 o que estava descrito, e queria também sublinhar que um documento desses não podia ter tudo  
997 aquilo que se fazia, mas que aquilo que aí está era muito e estava muito descrito e quantificado;  
998 referiu a questão da escada da Quinta das Lavadeiras, já teve a oportunidade de explicar na  
999 Assembleia que era efetivamente uma necessidade, concordavam com isso, o que acontecia era  
1000 que a Junta já foi lá com vários técnicos e engenheiros civis de várias proveniências, tanto da  
1001 CML, como do UITN e privados, e não achavam que aquela seja uma intervenção fácil, não era,  
1002 aquela urbanização era muito complicada e não queria entrar em detalhes, porque também não  
1003 queria prejudicar a própria urbanização e as vulnerabilidades eram muitas, por isso não era  
1004 possível fazer aquela escada pela Junta de Freguesia, devido a isso a CML tinha perfeito  
1005 conhecimento da situação, o UITN também tinha, mas a Junta, ao seu nível, não podiam fazer  
1006 esse trabalho, entendiam a necessidade de ligação daquela urbanização com a Calçada de  
1007 Carriche, porque era o seu acesso natural, procuraram diminuir essa dificuldade com a introdução  
1008 do autocarro, mas a escada seria uma mais-valia, o que acontecia era que a Junta não podia  
1009 colmatar os problemas graves que lá existem, ainda agora se depararam com mais um, em que na  
1010 altura da construção daqueles edifícios não deixaram uma ligação de um cano de esgoto e ficou  
1011 ali em circuito fechado o esgoto das águas pluviais, e com a inclinação do terreno e tudo mais, o  
1012 que estava por baixo ficou tudo aluído, provocando uma erosão muito acentuada, a Junta de  
1013 Freguesia identificou o problema, foram lá tentar resolver uma pequena parte, tinham a noção de  
1014 que não podiam fazer uma intervenção de fundo, mas claro que analisaram o problema para quem  
1015 de direito, mas não era só este, havia muitos problemas naquela urbanização e tinha pena, porque  
1016 procuravam reduzir o isolamento, mas não era mesmo fácil, e a construção do metro por baixo  
1017 com a sua trepidação não ajuda; sobre o edifício da Glicínia Quartin, efetivamente esta fase que  
1018 se estava a passar dificultou um pouco aquilo que tinham em curso, que era a utilização daquele  
1019 espaço por instituições que estavam interessadas, e já sabiam que haviam instituições  
1020 interessadas, mas compete à CML aceitar ou não, mas estavam a tratar disso com as instituições  
1021 e com a CML, que terá a última palavra; sobre o desporto, o Sr. Paulo Ribeiro referia a necessidade  
1022 de um pavilhão coberto na Freguesia, a Junta achava interessante mas era um projeto que não será  
1023 de certeza para este mandato, não sabiam onde nem como mas não era de certeza para este  
1024 mandato, estavam a tentar fazer mais coisas na área do desporto mas que não estavam de todo  
1025 porque era uma questão que lhes ultrapassava, nesse momento não tinham qualquer intenção de  
1026 fazer isso, não porque não achassem que fosse importante e interessante, mas porque de facto lhes  
1027 ultrapassava; o Sr. Paulo Ribeiro perguntou-lhe sobre se foi ou não certo que a Junta de Freguesia  
1028 contratasse polícias para o Jardim de Santa Clara, ao qual confirmou, contratou a polícia durante  
1029 10 dias, porque a Junta de Freguesia afixou no jardim informação sobre a legislação em vigor  
1030 quanto à circulação de cães, os cães, como todos sabiam, não eram todos iguais, em porte, em  
1031 agressividade, etc, portanto haviam normas de utilização e não era a Junta que as fazia, e pediram  
1032 às pessoas para utilizarem as normas afixadas pela Junta, e as pessoas não as utilizavam, faziam  
1033 do Jardim um ponto de encontro só para animais e os acompanhantes dos animais, e por isso o  
1034 jardim transformou-se num jardim para essas situações, afastando totalmente as outras pessoas,  
1035 que por algum motivo não iam lá com os seus cães, afastavam-nas e as pessoas reclamavam,  
1036 obviamente, a Junta tinha recebido inúmeras reclamações por causa disso, por problemas de  
1037 higiene, problemas de segurança, e problemas de tranquilidade e também por outro tipo de  
1038 questões, não tinha nada contra e gostava imenso de animais, mas a verdade era que estavam a  
1039 investir da forma que tinham investido na requalificação de um espaço, na manutenção de um  
1040 espaço para chegarem lá os animais e estragarem tudo, não era bem uma boa forma de gastar o  
1041 erário público, por isso mesmo as normas também eram para ser cumpridas por toda a gente,  
1042 inclusivamente pelos donos dos cães, não tinham nada contra os donos dos cães, podiam ir lá com

1043 os seus cães ou sem os seus cães, eram as mesmas pessoas, portanto não tinha a ver com isso, as  
1044 mesmas pessoas vão com os seus cães, tinham que ter em conta aquilo que estava legislado para  
1045 esse efeito, se forem sem os cães, era outra situação, não tinha nada a ver com as pessoas, tinha a  
1046 ver com a forma como utilizam o espaço e também não tinham o direito de irem estragar e impedir  
1047 que as outras pessoas que não tinham cães não possam aceder ao jardim tranquilamente e em  
1048 condições de higiene. Em relação às questões colocadas pelo Sr. Bruno Rolo, tinha dito que em  
1049 relação à questão dos recursos humanos, havia um desfasamento, lembrava-lhe que esse artigo se  
1050 reportava a datas de Dezembro de 2019, porque a informação escrita vai desde o princípio de  
1051 Dezembro 2019 até ao fim de Maio de 2020 e por isso mesmo desdobrava a questão, falava no  
1052 ano de 2019 uma questão, e falava depois no fim de Maio de 2020 outra questão, havia  
1053 movimentos de pessoal, e para além de haver movimentos de pessoal, alguns estavam em  
1054 transição, ainda não estavam consolidados, essas situações de mobilidade, que foram requeridas,  
1055 já estavam na prática noutros locais, mas ainda não estavam efetivadas, porque tinha que haver  
1056 um tempo mínimo para que tal acontecesse, esse trânsito nunca permitia uma contabilização exata  
1057 de situação, quando havia situações dessas e quase sempre havia em todo lado, essa contabilização  
1058 exata não acontecia mas havia uma diferença de um ou dois, não havia uma diferença de 20, não  
1059 era isso, havia uma diferença de um que efetivamente por exemplo saiu a 1 de janeiro e a 31 de  
1060 Maio ainda não tinha a situação regularizada, nem estava num lado nem estava no outro, era isso  
1061 que contava; quanto à questão da desinfeção de ruas, não lhe sabia dizer se foi a melhor forma ou  
1062 não, foi a melhor das intenções de certeza, que todas as iniciativas tinham vantagens e  
1063 inconvenientes, também era um facto, os herbicidas tinham vantagens, tinham inconvenientes e  
1064 até custos também, mas que a Junta ouviu isso na China, também não era verdade, pelo menos  
1065 viu isso em vários países a adotar processos de desinfeção por pulverização e etc, em ambientes  
1066 até fechados, em hospitais, se fizeram bem ou mal, se calhar eles próprios nem saberiam muito se  
1067 fariam melhor ou pior, achava que nesse processo eram todos um pouco, pedindo desculpa pela  
1068 expressão, e pelo mundo inteiro “aprendizes de feiticeiros”, deparam-se todos com um grande  
1069 problema e estavam todos a tentar ver como conseguiam ultrapassá-lo na melhor forma, agora se  
1070 foi a melhor forma ou não, não sabiam, mas tiveram a melhor intenção, desinfetaram algumas  
1071 ruas por essa forma e se iam continuar a fazê-lo ou não, também não sabia mas iam analisando a  
1072 questão e ver o que é que seria melhor fazer, fizeram-se essas intervenções, também com custos  
1073 financeiros e com a melhor das intenções, se se devia prosseguir ou não por aí, iriam reanalisar a  
1074 questão e ver o que se deverá ou não fazer; em relação aos parques caninos, a questão colocada  
1075 era se serão direcionados a uma vertente higiénica, ou lúdica, ou as duas coisas, achava que uma  
1076 e outra ou uma ou outra dependia das situações, ou seja dos locais e o que permitiam ou não, por  
1077 exemplo na Rua Eng. Martin Graça, confirmava que era nas traseiras da rua, o parque aí será  
1078 mais higiénico, porque não tinha a dimensão suficiente para ser lúdico, tinha muito pouca  
1079 dimensão, mas o que estavam a pretender fazer dentro dos espaços disponíveis na Freguesia era  
1080 um parque canino no Parque Oeste, junto ao Eixo Norte-Sul, um espaço que estava reservado e  
1081 que lhes parecia ser um local muito adequado, porque era de fácil acesso para vários bairros  
1082 limítrofes da Freguesia, esse tinha outra dimensão e já poderia ser misto e ao lado do parque  
1083 canino do Parque Oeste estavam a tentar também fazer, conjuntamente com a CML, um  
1084 polidesportivo e mais alguns equipamentos desportivos e com um parque canino ao lado, as  
1085 pessoas complementarizavam a sua ida ao local e comunicavam umas com as outras, tornando o  
1086 ambiente mais movimentado no Parque Oeste e tornando mais atrativa sua ida ali do que  
1087 simplesmente ir passear o animal, o passadiço na Rua Jorge de Sena era uma coisa simples, não  
1088 tinha a ver com o passadiço da Calçada de Carriche, até pela sua dimensão, porque o passadiço  
1089 da Calçada de Carriche era muito largo e ali era um passadiço mais estreito e simples, era só para  
1090 promover a ligação entre o talude da Rua Jorge Sena e o Jardim de Santa Clara, porque  
1091 antigamente era tudo ligado, só passou a deixar de ser quando abriram precisamente a Rua Jorge  
1092 de Sena, que era uma fissura naquele conjunto, a ideia da Junta era retomar essa relação entre os  
1093 dois espaços, que eram ambos de lazer quer o jardim atual, quer o outro, e que essa ligação se  
1094 faça a montante do lado do metro de uma forma através da passagem na rua e mais em baixo,  
1095 junto à Estrada da Ameixoeira através de um passadiço; em relação às abreviaturas, concordava  
1096 integralmente, e por acaso também foi a responsável por isso e tinha sempre a intenção de evitar  
1097 essa situação, pelo menos da primeira vez que a questão se referiu, estava a vê-la na rubrica de

1098 Educação e Formação, na pág. 8, a falar nos cursos de RVCC, devia ter posto entre parênteses  
1099 cursos de revalidação de competências e podia aparecer em outro lado sem se ter apercebido, mas  
1100 concordavam com a observação, que era de evitar siglas sem explicar a que se refere.  
1101 Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Ricardo Duarte do BE, sobre as medidas Covid-19  
1102 e as fotos no Facebook, sabia que isso aconteceu mas soube a posteriori e já tinham sido retiradas,  
1103 não teve conhecimento nem deu autorização para isso, foi uma embalagem das pessoas, diga-se  
1104 embalagem no sentido em que as pessoas estavam embaladas, entusiasmadas com o seu trabalho  
1105 e com a sua vontade de cooperar, com prestar apoio à população, estavam imbuídas de um espírito  
1106 de equipa e de cooperação, e acharam interessante registar esse momento e também ainda não  
1107 estavam muito organizadas e muito sensibilizadas para a necessidade de respeitar devidamente  
1108 regras, tudo isso se foi adquirindo, foi logo no princípio, tudo isso foi interiorizando e não estavam  
1109 atualmente na mesma postura de maneira nenhuma, as pessoas também foram alertadas, não  
1110 publicaram mais no Facebook, passaram a ter muito mais cuidado com o uso dos equipamentos  
1111 de proteção individual, foram elas próprias fazendo a sua aprendizagem; no caso da higiene  
1112 urbana, em relação à desinfeção, já falou nisso; sobre a questão no investimento junto ao metro,  
1113 efetivamente estava a ser reabilitada toda aquela zona entre o metro e a Estrada da Ameixoeira,  
1114 falaram no Largo do Ministro e o porquê do Largo do Ministro, no Largo do Ministro a Junta  
1115 propôs-se fazer junto com a CML mas propôs a CML requalificar toda aquela zona entre a Rua  
1116 Jorge de Sena até ao Largo do Ministro e depois do Largo do Ministro por aí fora e a Rua Direita  
1117 da Ameixoeira até ao Largo do Cruzeiro inclusive, e depois da Travessa de Santo André e por aí  
1118 baixo até à Piscina, por isso não era só o Largo do Ministro, o Largo do Ministro era uma pequena  
1119 parte desse projeto, era um projeto que estava a ser feito por partes, a Junta já fez uma parte  
1120 significativa e a outra parte que normalmente será feita pela CML, mas estavam em cooperação.

1121 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

1122 **Ricardo Duarte** som inaudível de 2:40:50 a 2:42:25.

1123 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

1124 **Presidente da Junta** O referir essas iniciativas ou instituições e não especificar muito mais o  
1125 papel da Junta é porque eram instituições da Freguesia que fizeram trabalho e em que, de alguma  
1126 maneira, a Junta de Freguesia esteve presente em colaboração, porque tinham uma divisão do  
1127 desporto, que não geria apenas a Piscina Municipal, mas tinha também a ligação às restantes  
1128 instituições desportivas e às coletividades, estava sempre em interação e em cooperação com  
1129 todas elas, de alguma forma a presença da Junta existia e através de vários meios, e também não  
1130 era só com essa divisão do desporto, muitas vezes era a própria divisão das obras que também  
1131 estava presente para montar equipamentos, fazer filmagens e etc, havia muitas formas de  
1132 cooperação, não podiam estar aí a descrever tudo, referem-se por entenderem que haviam  
1133 atividades a registar no dinamismo da Freguesia. Em relação aos recursos humanos, de Dezembro  
1134 de 2019, passava para a Dra. Maria Louro.

1135 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Dra. Maria Louro.

1136 **Maria Louro** Ao nível das escolas, auxiliares educativas e auxiliares de limpeza, houve aí uma  
1137 diferenciação, tiveram o cuidado de ver tudo, para que houvesse sustentação legal para continuar  
1138 com os prestadores de serviços, e continuavam nesse momento com 19 prestadores de serviços,  
1139 nomeadamente nas escolas, com as auxiliares de educação a apoiar as escolas nas diversas  
1140 atividades, ao nível das limpezas, dos espaços verdes e da higiene urbana, continuavam com estes  
1141 prestadores de serviços.

1142 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

1143 **Paulo Ribeiro** Achava que as entidades públicas não podiam ser geridas por boa vontade, tinha  
1144 que haver uma coerência, não iam ver se faziam desinfeção das ruas com lixívia e dizer que era  
1145 boa vontade, as coisas não podem funcionar assim, também dizia a mesma coisa acerca do sal e  
1146 do vinagre, porque achava que o uso do sal e do vinagre para limpeza das ruas ainda não foi  
1147 aprovado pela DGS, e até há pouco o uso do sal e do vinagre era proibido, e a Junta continuava a  
1148 pôr sal nas ruas, as leis tinham que ser cumpridas, independentemente de a Junta que podiam fazer  
1149 o que quisessem; a Sra. Presidente da Junta disse que ia construir um parque canino no Parque  
1150 Oeste, mas supostamente o Parque Oeste era da CML, mas não punha lá a polícia por causa dos  
1151 cães, mas no Jardim de Santa Clara punha lá a polícia, porque se calhar devia ser um “ex-libris”  
1152 da Freguesia e porque as pessoas sujavam o jardim, no Parque Oeste as pessoas também sujavam

1153 e andavam lá com os cães, mas pelos vistos não era preciso polícia, mas a Junta ia fazer um parque  
1154 canino num jardim da CML, e entretanto ouviu dizer que supostamente a CML ou a Junta iria  
1155 fazer outro parque desportivo no Parque Oeste, ou seja, outro campo descoberto e continuam a  
1156 fazer campos descobertos, havia um nas Galinheiras, havia outro no Campo das Amoreiras, e um  
1157 deles podia ser coberto; em relação às contas, no outro documento já havia uma comparação de  
1158 um ano para outro, mas faltava essa comparação na informação financeira, solicitou que fosse  
1159 fornecido na próxima.

1160 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

1161 **Presidente da Junta** Em relação à comparação feita pelo Sr. Paulo Ribeiro acerca do Parque  
1162 Oeste e o Jardim de Santa Clara, no Parque Oeste havia um espaço lá que consideravam que podia  
1163 ser mesmo adequado para um parque canino, o Parque Oeste, por outro lado, era um equipamento  
1164 gerido pela própria CML, se delegou ou adjudicou, isso era com a CML, mas era considerado um  
1165 equipamento estruturante, não era gerido pela Junta de Freguesia, era gerido pela CML, portanto  
1166 só aí não tinha a Junta de Freguesia que interferir nas sua gestão, a não ser que faça um acordo  
1167 com a CML nesse sentido, o Jardim de Santa Clara era único na Freguesia, era gradeado e fechado,  
1168 e não foi a Junta de Freguesia que o gradeou ou que o fechou, o Jardim estava assim porque era  
1169 um jardim clássico com essas características, se lhe perguntar quem foi que o fechou ou há quanto  
1170 tempo isso foi, nem estava a pensar nisso nem lhe sabia dizer, mas sabia que era assim, e era o  
1171 que tinha características específicas na Freguesia, não havia outro que tenha as mesmas  
1172 características, não era a mesma coisa, não eram comparáveis, a Junta de Freguesia tinha a  
1173 obrigação de gerir o espaço do Jardim de Santa Clara como tinha os restantes espaços da  
1174 Freguesia, e aquele jardim tinha a sua especificidade, puseram lá a polícia durante uns dias como  
1175 um elemento dissuasor, não iam dizer que não voltavam a pôr, isso dependia do comportamento  
1176 das pessoas, se as pessoas quiserem continuar a prevaricar e serem incomodadas pela polícia e  
1177 com isso não se importarem em nada, isso era com elas, a própria era uma pessoa que não gostaria  
1178 que a polícia chegasse ao pé de si a chamar-lhe a atenção e ter que lhe prestar contas de um  
1179 comportamento anômalo, a própria não gostaria, as outras pessoas se não importarem de  
1180 prevaricar e terem que ser chamadas atenção em prol do bem público, isso era uma opção delas,  
1181 mas a ideia era dissuadir as pessoas desses comportamentos que aborrecia e prejudicava os outros,  
1182 acreditava que as pessoas, com o tempo, percebam que, a frase era feita mas subscrevia, “A  
1183 liberdade de cada um acaba quando a liberdade do outro começa”, e se as pessoas não meterem  
1184 isso na cabeça e passarem isso para os seus comportamentos, estavam todos bem uns com os  
1185 outros, cabiam todos, arranjavam todo o espaço para se encontrarem, para usufruir da companhia  
1186 das outras pessoas e dos animais em franca cooperação, e era isso que era desejável que  
1187 acontecesse, não estava ainda definida a questão da utilização do restante espaço para um  
1188 equipamento desportivo, a Junta achava que sim, que devia ser para um equipamento desportivo,  
1189 falando do equipamento coberto, até lhe dizia que achava muito bem, até pelo seguinte, porque  
1190 tinha o Eixo Norte-Sul e as bolas não podiam passar para aí, tinha que haver uma forma de impedir  
1191 isso, não sabia se ia ser feito ou não, e em que moldes, apenas achavam que aquele espaço ali  
1192 estaria bem utilizado para um campo desportivo, o Parque Oeste era da CML, mas também por  
1193 outro lado todo o espaço público é da CML, a CML delegava ou não a sua gestão em outras  
1194 instituições, nesse caso no Parque Oeste poderá vir a delegar ou não, a construção autorizou e  
1195 estavam a construir, a gestão era outra questão; em relação à questão da desinfeção das ruas e da  
1196 utilização dos produtos, estava presente o chefe de divisão do espaço público, o Dr. Filipe  
1197 Cerqueira para prestar esclarecimentos.

1198 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Dr. Filipe Cerqueira.

1199 **Filipe Cerqueira** As orientações da DGS também não foram sempre rígidas, andaram assim a ter  
1200 umas de lado e outras para o outro, inicialmente não diziam que era proibido a desinfeção no  
1201 espaço público, se recordavam e como tal a Junta fez um plano de intervenção onde foram  
1202 definidos arruamentos, locais de maior tráfico de pessoas como passadeiras ou sítios onde as  
1203 pessoas passavam mais, fizeram um plano para desinfeção de todos os pontos, a partir do  
1204 momento em que veio a DGS a dizer que não se podia ser feito, deixaram de fazer a desinfeção  
1205 nas ruas, era esse o esclarecimento que gostava dar e foram sempre seguindo aquilo que eram  
1206 indicações da DGS.

1207 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.



Handwritten initials in blue ink at the top right corner of the page.

1208 **Presidente da Junta** Pediu ao Dr. Luís Araújo para responder às questões relativas à informação  
1209 financeira.

1210 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Dr. Luís Araújo.

1211 **Luís Araújo** Relativamente ao saldo consignado, era proveniente do protocolo CDC de promover  
1212 e desenvolver diversos programas que tinham a ver com diversas obras que iam entrar em curso,  
1213 ou seja, era a receita arrecadada em 2019 retirando a despesa já realizada em 2019, era o saldo na  
1214 qual a Junta depois em 2020 é que iam aplicar o lado da despesa, todo o outro saldo de gerência  
1215 seguinte era a diferença do total dos fluxos de caixa que era do saldo para a gerência seguinte.

1216 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

1217 **Bruno Rolo** O que queria perguntar era que, do saldo transitado havia uma verba que era proposta  
1218 pela Junta para que seja colocado 385 mil euros em resultados transitados.

1219 **Luís Araújo** Tratava-se do relatório de gestão da prestação de contas, tinha a ver com o resultado  
1220 líquido do exercício, o POCAL dizia que 5% desse valor teria que ser colocado em reservas legais,  
1221 e a diferença ia para resultados transitados, era uma das normas que o POCAL tinha, ou seja,  
1222 reservas legais era para, no fundo, vir reforçar os fundos próprios.

1223 **Bruno Rolo** A sua dúvida era os 352 mil e 900 euros que não iam para as reservas legais,  
1224 passavam para resultados transitados, na prática, no orçamento de 2020 entravam sem  
1225 consignação a nada, ia para o saco, podia ser distribuído em qualquer rubrica que o Executivo  
1226 entenda.

1227 **Luís Araújo** Não era assim, estavam a falar na parte patrimonial, os resultados transitados eram  
1228 a parte financeira, não de fluxos de caixa, ou seja, o saldo para a gerência seguinte era se pegarem  
1229 os fluxos de caixa, era o que a Junta recebia e o que a Junta pagava, a parte do resultado líquido  
1230 tinha a ver com o exercício em causa, em análise, os proveitos e os custos que eram realizados  
1231 naquele ano, era apurado o resultado líquido, que grande parte das vezes não divergia do saldo  
1232 para a gerência seguinte, porque uma parte era financeira e a outra era a parte do saldo de  
1233 tesouraria, propriamente dito para a gerência seguinte tinha a ver com uma questão de tesouraria,  
1234 recebimentos e pagamentos, a outra era a parte financeira, a parte patrimonial em termos de  
1235 contabilidade, que era os resultados transitados, que ia para uma conta 59, a conta 5 era de  
1236 património e era flexível, ou seja, a conta 59 era de resultados transitados, quer o resultado seja  
1237 positivo, quer seja negativo, do resultado de exercício era sempre uma conta que no final do  
1238 exercício, sendo positivo tinham que passar uma percentagem, que era 5% das reservas de legais,  
1239 e o restante para os resultados transitados, se tiverem o resultado líquido de exercício negativo,  
1240 esse também teria que passar para uma conta 59, que era resultados transitados e depois ia fazer  
1241 o balanço entre o positivo e negativo de anos anteriores.

1242 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

1243 **Ricardo Duarte** Queria só mais uma vez dar os parabéns ao Executivo pela mudança de atitude  
1244 em relação ao esclarecimento das questões, de facto era muito mais claro assim, só podiam  
1245 agradecer aos técnicos que estavam presentes nas várias áreas, que esclareceram porque estavam  
1246 necessariamente mais dentro do assunto, que era o que faziam todos os dias, era muito mais claro  
1247 assim, era muito menos vago e eram muito menos respostas do tipo “fizemos várias coisas” e  
1248 esperava que continuassem nessa senda, e salientar que após o esclarecimento, concluíram algo  
1249 tão simples quanto isto, em termos de trabalhadores contratados em regime de prestação de  
1250 serviços, de 2019 para 2020 e quase que poderia dizer que essa era a medida mais emblemática  
1251 pós Covid-19 era que havia menos 16 trabalhadores ao serviço da Junta, porque se somarem 17  
1252 mais 18, dava 35, menos 19 dava 16, era aquilo de que já tinham falado anteriormente, que não  
1253 havia dúvida nenhuma que era legal, tinham todo o direito de o fazer, não era a melhor opção  
1254 política no entender do BE, nem a melhor opção do ponto de vista humano.

1255 **Presidente da Assembleia** Submeteu à votação a ata em minuta com as decisões tomadas, ao  
1256 qual foi aprovada por unanimidade. Encerrou a sessão.

1257 Para que conste, foi por mim elaborada a presente acta, na qualidade de Primeiro Secretário da  
1258 Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Clara e, para sua inteira fé e validade, depois de lida  
1259 e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e respectivos Secretários:

1260 O Presidente da Mesa: 

1261 O Primeiro Secretário: 

1262 O Segundo Secretário: 

